



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara do Trabalho de Itápolis

Agosto/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"



SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	15
Fase de Conhecimento	29
Fase de Cumprimento de Sentença	34
Metas CNJ	45
Arrecadação	47
Deliberações Finais	48



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência a Desembargadora Corregedora **Rita De Cássia Penkal Bernardino De Souza**

Em 14 de Agosto de 2024, Sua Excelência a Desembargadora **RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA**, Corregedora Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 12/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 5/7/2024, página 1.093.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno
Marcos Antônio Mendes
Maria Luísa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

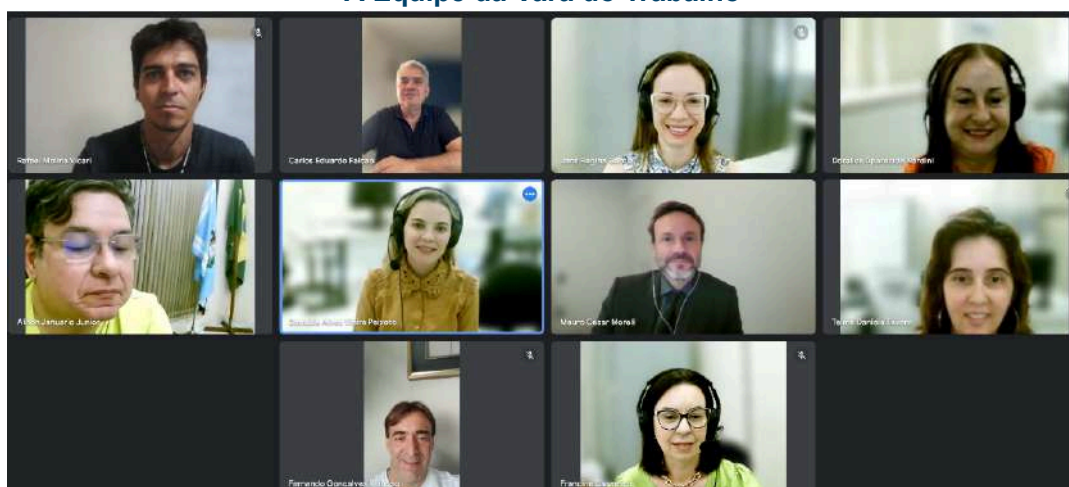
Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



Vara do Trabalho de Itápolis

PJeCOR	
0000581-17.2021.2.00.0515	14 de Agosto de 2024
	Juiz Titular Mauro César Moreli Juíza Substituta em auxílio fixo Edma Alves Moreira

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da Vara do Trabalho de Itápolis, iniciando de cima da esquerda para a direita: Rafael Molina Vicari, Carlos Eduardo Falcão, Jana Regina Garcia, Doralice Aparecida Nardini, Ailton Januário Júnior, Danúbia Alves Vieira Peixoto, Dr. Mauro Cesar Moreli, Telma Daniela Favero, Fernando Gonçalves Reinoso e Francine Casemiro, Diretora de Secretaria. Não estão na foto: Dra. Edma Alves Moreira, Lara Castilho, Renata Martins Guimarães Tarallo, Melissa de Franceschi Mourão e Mariana Azeredo Costa Salotto.

Lotação atual da Unidade:	10 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	10 servidores
 “DELTA” da Vara:	DE ACORDO
Lotação atual de Oficiais de Justiça	2 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	2 oficiais
 “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	DE ACORDO



Vara do Trabalho de Itápolis

- A Juíza Substituta em auxílio fixo Edma Alves Moreira atua em teletrabalho (PROAD 10169/2023).
- O servidor Carlos Eduardo Falcão é assistente do Juiz Titular Mauro César Moreli, e atua em teletrabalho (PROAD 20305/2022). A servidora Lara Castilho é assistente da Juíza Substituta em auxílio fixo Edma Alves Moreira, e atua em teletrabalho (PROAD 19662/2018).
- Além dos assistentes, há três servidores atuando em regime de teletrabalho: Rafael Molina Vicari (PROAD 3834/2020 - teletrabalho integral), Renata Martins Guimarães Tarallo (PROAD 29382/2023 - teletrabalho integral - condição especial) e Francine Casemiro (PROAD 22994/2023 - teletrabalho parcial).
- Os oficiais de justiça Mariana Azeredo Costa Salotto e Fernando Gonçalves Reinoso atuam na Unidade.
- Não há estagiários na Unidade.



Vara do Trabalho de Itápolis



Jurisdição: Borborema, Ibitinga, Itápolis, Novo Horizonte e Tabatinga
Lei de criação nº: 7.729/89
Data de instalação: 20/10/1989

Informações da localidade:

Localizado no interior do estado de São Paulo, Itápolis é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 39.493 pessoas.



Fonte: Prefeitura de Itápolis, 2024

#ParaTodosVerem: foto da cidade

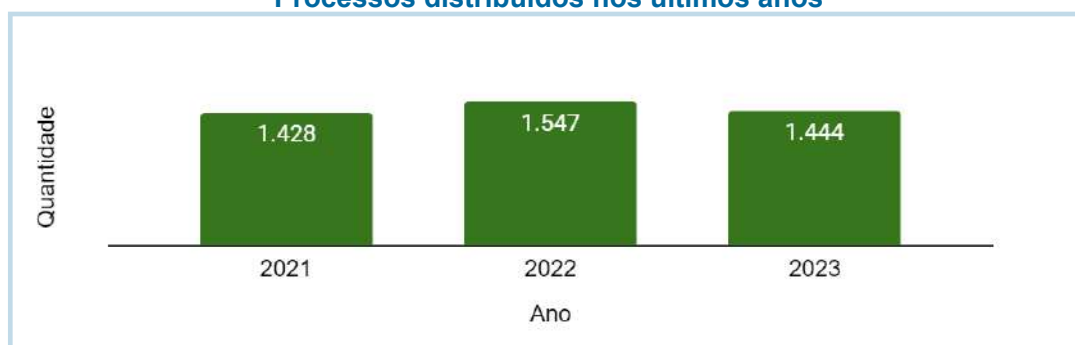


Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Itápolis.

Faixa de Movimentação Processual [1001 a 1500 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de maio, foram distribuídos 771 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "*regere*", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "*com*", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 24/7 a 2/8/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 7/2022 a 7/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 10/2023 a 5/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Necessidade de formalizar a atuação do regime de teletrabalho da servidora Lara Castilho, assistente da Juíza Substituta em auxílio fixo Edma Alves Moreira
	Necessidade de adequação do procedimento dos processos tramitando sob o regime do Juízo 100% Digital, que determina que audiências e sessões de julgamento se farão exclusivamente por meio de videoconferência, salvo decisão motivada nos autos para realização de pauta presencial.
	Necessidade de observar a distinção entre as modalidades de audiências designadas no sistema PJe a fim de permitir a extração de relatórios com informações fidedignas.
	Necessidade de gerir a pauta de audiências com foco na contenção do aumento das audiências canceladas.
	Necessidade de gerir a pauta de audiências, com foco na redução do lapso temporal dos prazos para realização de audiências de ações de procedimento sumaríssimo na Sala 2 - Auxiliar.
	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.



Vara do Trabalho de Itápolis

	Necessidade de conduzir a gestão da tarefa “Triagem inicial”, com foco em redução do lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da audiência.
	Necessidade de inclusão em pauta de todos os processos localizados na tarefa “Triagem Inicial”, antes de suas movimentações para qualquer outra tarefa do sistema PJe.
	Utilização de <i>link</i> único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.
	Houve aumento na Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.
	Aumento na solução dos processos por conciliação na fase de conhecimento em relação ao período correicional anterior.
	Necessidade de regularizar os dados cadastrais das partes no sistema PJe.
	Eliminação de processos arquivados provisoriamente, em relação ao período correicional anterior, na fase de cumprimento de sentença - etapas da liquidação e da execução forçada.
	Necessidade de condução da gestão para reduzir a quantidade de processos pendentes de baixa na fase de execução, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Necessidade de indicação da quantidade e natureza do deslocamento na certidão de devolução do mandado, para fins de apuração das obrigações de pagar pela Unidade.
	Necessidade de gerir os processos nas tarefas, com utilização adequada da ferramenta GIGS.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD.



Vara do Trabalho de Itápolis

	Necessidade de revisão de procedimentos quanto ao cumprimento de notificações pelos oficiais de justiça por email, os quais devem ficar a cargo da Secretaria da Vara.
	Necessidade de gerir as expedições de Requisições de Pequeno Valor - RPV, com observância do tempo de cumprimento.
	Necessidade de corrigir a utilização e otimizar o gerenciamento do Sistema GPrec, procedendo-se aos desdobramentos necessários para o efetivo pagamento.
	Meta 1 e Meta 2 do CNJ foram cumpridas.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando o cumprimento da Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O resultado IGEST da Unidade foi influenciado principalmente pela variação dos mesoindicadores Acervo (processos pendentes) e Celeridade (aumento dos prazos médios de todas as fases).

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

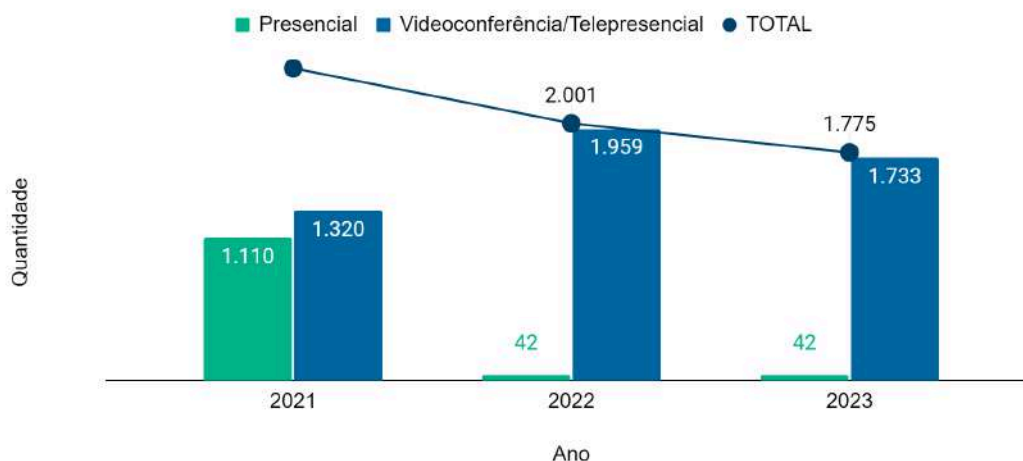


3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



Preferência dos advogados e partes quanto à realização das audiências telepresencias/videoconferência.



Atualmente, estão em andamento 2.878 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 1.391 estão na fase de conhecimento.



	No processo 0010798-25.2023.5.15.0049, que tramita no “Juízo 100% Digital”, a audiência foi designada na modalidade híbrida, não havendo decisão motivada nos autos. Registre-se que na ata que designou a audiência consta a tramitação 100% digital por convenção das partes, contudo houve protestos da reclamada quanto à audiência não 100% presencial.
	Audiência de 12/3/2024 designada por videoconferência no processo 0011376-85.2023.5.15.0049, que tramita no Juízo 100% Digital, e registrada no sistema PJe como se presencial fosse.

3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.

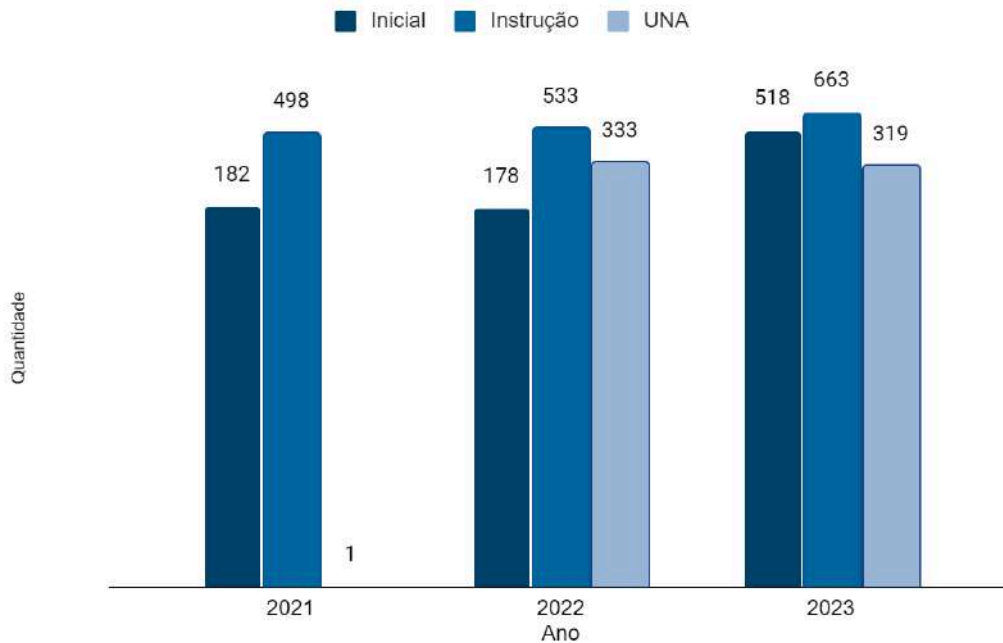


#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.



Vara do Trabalho de Itápolis

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Constata-se quantidade elevada e, em ascensão, de audiências canceladas, ano a ano, nos últimos três anos, com consequente retrabalho para a Secretaria.





Muitos processos com prova pericial a ser realizada. Os peritos não estavam observando os prazos estabelecidos em ata. Todos os peritos já foram alertados sobre a possibilidade de destituição em caso de reiterados atrasos. Muitas audiências também são redesignadas por solicitação das partes ou devolução de notificações.



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: Não há;
- Iniciais do rito ordinário:
 - Sala Principal: 25/9/2024;
 - Sala Auxiliar: 18/11/2024 ;
- Unas do rito sumaríssimo:
 - Sala Principal: 27/8/2024;
 - Sala Auxiliar: 16/12/2024;
- Unas do rito ordinário: Não há;
- Instruções do rito sumaríssimo:
 - Sala Principal: 27/8/2024;
 - Sala Auxiliar: 16/12/2024;
- Instruções do rito ordinário:
 - Sala Principal: 22/10/2024;
 - Sala Auxiliar: 17/12/2024.

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



Vara do Trabalho de Itápolis

3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 31/7/2024, por amostragem, referente à semana de 26 a 30/8/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	12	-	9	21
UNA (Ord/Sum)	-	8	-	6	14
INS (Ord/Sum)	-	13	-	13	26
Conciliação (CON)	-	-	1	-	1
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	-
TOTAL	33		29		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	✓	✓	✓	-	-
2 - AUXILIAR	✓	✓	✓	-	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.



Na Sala 1 - Principal estão designadas 33 audiências e, na sala 2 - Auxiliar, 29, no período analisado.



3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 1/8/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 1 - PRINCIPAL		
INICIAIS/Sum	-	-	-
INICIAIS/Ord	62	55	25/9/2024
UNAS/Sum	-	55	25/9/2024
UNAS/Ord	-	13	14/8/2024
INSTRUÇÕES/Sum	90	68	8/10/2024
INSTRUÇÕES/Ord	146	82	22/10/2024
CONCILIAÇÃO	33	20	21/8/2024

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 2 - AUXILIAR		
INICIAIS/Sum	-	-	-
INICIAIS/Ord	76	117	26/11/2024
UNAS/Sum	90	132	11/12/2024
UNAS/Ord	-	69	09/10/2024
INSTRUÇÕES/Sum	110	137	16/12/2024
INSTRUÇÕES/Ord	145	138	17/12/2024
CONCILIAÇÃO	33	47	17/9/2024

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.



	Nos processos 0011424-44.2023.5.15.0049 e 0010438-56.2024.5.15.0049 do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.
	Audiências iniciais possuem prazo de realização próximo às Unas e instruções.
	Necessidade de priorização das audiências do rito sumaríssimo - Sala 2 - Auxiliar.

3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	90,56
Exceto Rito Sumaríssimo	171,64

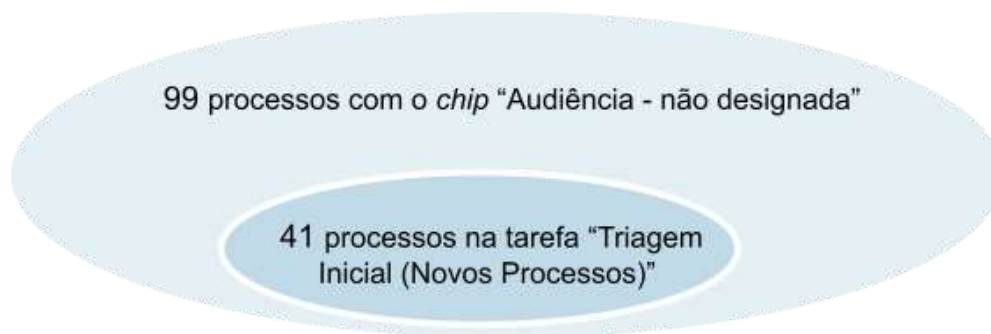
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 1/8/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Vara do Trabalho de Itápolis



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Quando nos processos há somente matéria de direito, não são incluídos em pauta. Em casos em que há requerimento de perícia são designadas audiências Iniciais. O percentual aproximado de processos que tramitam na Unidade em face de ente público como 1ª reclamada é entre 35% e 40%.



Dentre os processos com o *chip* “Audiência não designada”, há alguns em que figuram entes públicos, para os quais é dispensada a designação de audiência em virtude dos normativos vigentes, como 0011180-81.2024.5.15.0049 e 0011229-25.2024.5.15.0049.



O processo mais antigo na “Triagem Inicial” é o 0010711-35.2024.5.15.0049 e data de 10/5/2024.



Notam-se diversos processos de fato pendentes de inclusão em pauta, tais como 0010278-31.2024.5.15.0049 e 0010364-02.2024.5.15.0049, na tarefa Cumprimento de Providências, nos quais há determinação para designação de audiência de instrução.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.



3.1.6. Agenda do Magistrado

Fonte: Agenda institucional dos Magistrados (consulta em 12/7/2024)

	Clique aqui para a agenda do Juiz Titular
---	---



A juíza Auxiliar está autorizada a atuar em condição especial de trabalho, na modalidade teletrabalho (PROAD 10169/2023).



O Juiz Titular informou trabalho presencial em 3 dias da semana durante o ano de 2024.



As informações referentes à escala de comparecimento à unidade jurisdicional a que estão vinculados deverão ser prestadas mensalmente, até o dia 20 de cada mês, relativamente ao mês subsequente, conforme dispõe o normativo regional.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência do processo 0012030-09.2022.5.15.0049 constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Itápolis
	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência		
	Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.		





O uso do *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências ocorre desde o início das audiências virtuais. Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem. O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.



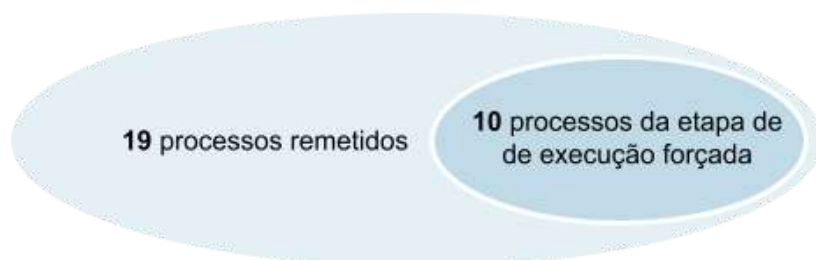
Consulta por amostragem na pauta do dia 20/8/2024, nos processos 0010082-61.2024.5.15.0049 e 0010568-46.2024.5.15.0049, cujas audiências foram designadas em 28/2/2024 e 4/7/2024, corroboram a informação do uso do *link* único.

VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.





O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Constata-se um número reduzido de processos ao CEJUSC para tentativa de conciliação. Recomenda-se o maior encaminhamento de processos ao Centro ante a redução da média mensal de acordos homologados na fase de execução - etapa de execução forçada.



São encaminhados para o CEJUSC para realização de audiência somente processos da fase de liquidação/execução adotando-se os seguintes critérios: quando há requerimento das partes, pequena controvérsia em execução ou liquidação, estado de solvência da executada/reclamada, quando há depósito recursal que garante em parte a execução.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

37% → 45%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.



Vara do Trabalho de Itápolis



O aumento proporcional da quantidade de acordos homologados em relação ao total de soluções resultou na elevação da Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	7/2022 a 7/2023	10/2023 a 5/2024
Acordos Realizados	589	519
Média Mensal de Conciliação	45,30	64,87



Elevação significativa na média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior

VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á a movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito (“classe processual”) de “nome da parte” com “resultado do julgamento”, e o valor para o complemento “resultado do julgamento” 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo:
 - movimento “11013 - Suspenso o processo por convenção das partes”.



3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

Período Correicional	7/2022 a 7/2023	10/2023 a 5/2024
Acordos Realizados	40	21
Média Mensal de Conciliação	3,07	2,62



Constata-se redução na média mensal de acordos homologados na fase de execução - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.

3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.

61,96% → 64,87%
Taxa de Produtividade

974 → 832
Pendentes de Solução

1.587 → 1.537
Processos Solucionados (V07)

1.509
Processos solucionados com exame de mérito
(incluindo conciliações)
com média mensal de 125,8 processos, no
relatório correicional atual.

1.557 → 1.573
Processos Recebidos (V09)



Pequena elevação de 1.557 para 1.573 processos recebidos.



A considerável redução nos pendentes de solução impactou positivamente na taxa de produtividade, independente da redução dos processos solucionados frente aos recebidos.



VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.

3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - item 90.055



Foram proferidas três sentenças líquidas no último período correicional.



As sentenças líquidas proferidas são bem simples e geralmente discutem matéria de direito. Não é possível majoração do quantitativo diante do volume de trabalho na Unidade.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	54	94	68

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.



VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos conclusos com prazo vencido)

2.153 → 1.874 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
494 → 411 Processos Aguardando a 1ª Audiência	383 → 363 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
85 → 46 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	189 → 139 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
116 → 128 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	204 → 222 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
1 → 2 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Houve redução de processos aguardando a realização da primeira audiência, assim como aqueles que aguardam o encerramento da instrução.



Redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior.



Vara do Trabalho de Itápolis

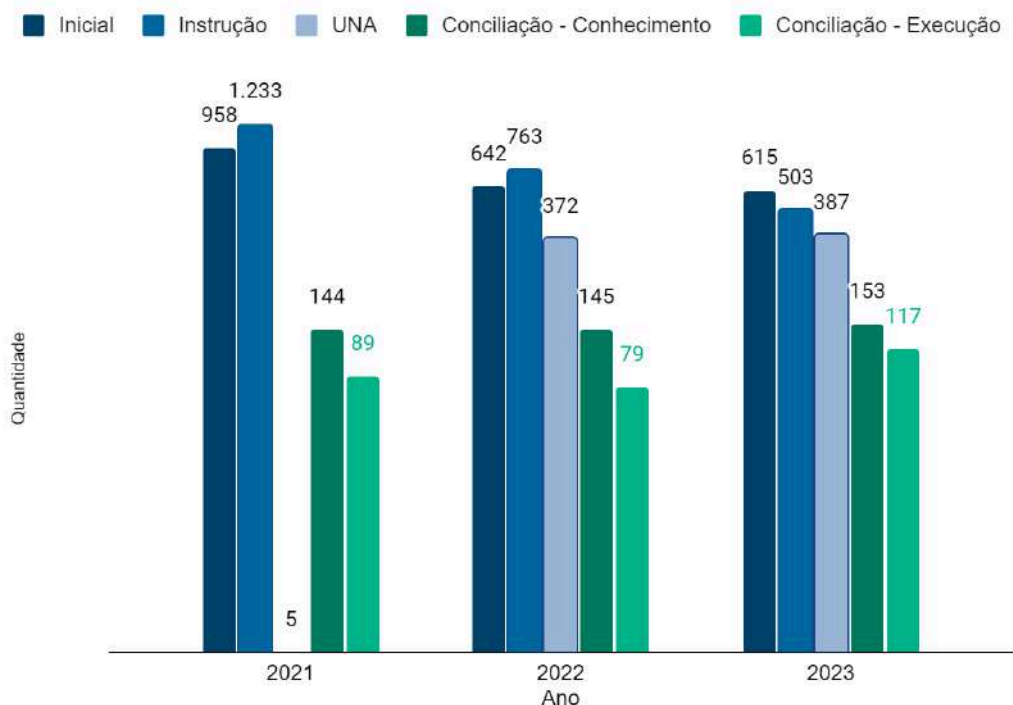
✓	Redução da idade média da distribuição da ação ao encerramento da instrução, evidenciando a priorização dos processos mais antigos.
⚠	Elevação do prazo médio na fase de conhecimento, majoritariamente implicado pela elevação do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e o encerramento da instrução.
⚠	Elevação da quantidade de processos conclusos para sentença com prazo vencido, comparado ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.





Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (V04)**

233,6 → 225,12



Diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença, contudo ainda em patamares elevados (acima de 200 dias), ensejando planejamento específico.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

39,76% → 35,03%
Taxa de Congestionamento

1.195 → 1.068
Pendentes de Baixa (V02)

1.810 → 1.980
Processos Baixados (V12)

1.557 → 1.573
Processos Recebidos (V09)



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.





Aumento dos processos baixados e redução dos processos pendentes de baixa, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença, resultando numa queda do congestionamento na fase em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.



Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário e agravo de petição, respectivamente, dos processos 0011075-41.2023.5.15.0049 e 0010428-90.2016.5.15.0049.



Nos processos 0010800-58.2024.5.15.0049 e 0010752-02.2024.5.15.0049 houve a delimitação dos prazos subsequentes para as partes e perito, bem como a indicação do local da perícia e do objeto a ser periciado. O agendamento da perícia é feito em outra oportunidade pelo profissional.



Constata-se a ausência do CPF de uma das reclamadas no cadastro do sistema PJe no processo 0010927-30.2023-5-15-0049. Observa-se, ainda, que no processo 0011497-26.2017.5.15.0049 consta o *chip* "Parte sem CPF/CNPJ", mesmo estando todas as partes com CPF cadastrado no sistema PJe.



Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório no processo 0011207-98.2023.5.15.0049, o qual aguarda razões finais desde 24/7/2024, bem como do GIGS "ACORDO - CONHECIMENTO" no processo 0010385-75.2024.5.15.0049.





Verifica-se nos processos 0012308-10.2022.5.15.0049 e 0012503-92.2022.5.15.0049 a ausência de cadastramento de atividade obrigatória CON - sobrestamento - conexão/prevenção/dependência, conforme estabelecido no normativo vigente.



Constata-se o correto cadastramento de nova atividade GIGS "CON - META 2 CNJ - PRIORIDADE" no processo 0010791-04.2021.5.15.0049.



Com relação à perícia, a Unidade informou: Não utilizamos agenda do perito. Alguns não fornecem. Juízo intima as partes do agendamento. Quanto à comunicação de peritos e partes, esclareceu: Atualmente ocorre exclusivamente dentro do PJe.

VALE LEMBRAR:

➤ O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.

➤ No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.

Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, item 4.2 e e-Gestão

1.596 → 1.401

Pendentes de finalização

65,5 → 85,46

Prazo Médio na Liquidação (em dias) (90.417)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



Houve aumento do prazo médio na liquidação.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.

✓	Ligeiro aumento de execuções encerradas, em relação ao período correicional anterior.
⚠	O número de execuções iniciadas foi maior que o número de execuções encerradas, embora este último tenha sido superior ao da correição anterior.
⚠	Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada comparado ao ano anterior.





Os 4 processos mais antigos da fase são os mesmos da correção anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4

195 → 0

Processos da execução no Arquivo Provisório



Eliminação de processos arquivados provisoriamente, em relação ao período correicional anterior.

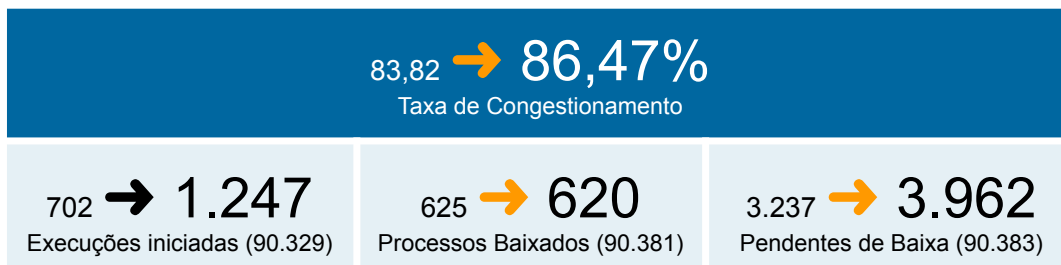
VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.



5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Pequena redução dos processos baixados frente à significativa elevação das execuções iniciadas, resultando no aumento da taxa de congestionamento na execução em relação ao período anterior, bem como na elevação do acervo da etapa.

VALE LEMBRAR

➤ Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:

- ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
- ➔ redistribuição;
- ➔ arquivamento definitivo.

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

➔ Processos localizados por amostragem.



Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0011092-14.2022.5.15.0049 e 0010231-28.2022.5.15.0049 por meio do sistema SIF/SISCONDJ.



Vara do Trabalho de Itápolis

	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0011044-21.2023.5.15.0049 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010385-85.2018.5.15.0049 e 0010816-90.2016.5.15.0049 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
	Ausência de tramitação do processo 0010748-04.2020.5.15.0049, cujo parcelamento foi deferido em fevereiro/2022.
	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento", no processo 0011594-26.2017.5.15.0049, pois foi reconhecida a execução frustrada.
	Suspensão da execução do processo 0011095-76.2016.5.15.0049 com encaminhamento para "Aguardando Final do Sobrestamento", após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
	Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas nos processos 0010739-42.2020.5.15.0049 e 0011353-81.2019.5.15.0049.
	Não foram fixadas custas de execução no processo 0011353-81.2019.5.15.0049 após a expedição do auto de arrematação.
	Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS "EXE - sobrestamento - parcelamento" no processo 0000788-68.2013.5.15.0049 de acordo com o estabelecido no normativo vigente.
	Ausência do uso da ferramenta GIGS em nove processos na tarefa Cumprimento de Providências, da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Dos 81 processos com GIGS, 43 estão vencidos, sendo o mais antigo em 25/07/2022 (0010748-04.2020.5.15.0049), e 2 necessitam de saneamento (0010080-04.2018.5.15.0049 e 0011307-53.2023.5.15.0049).





Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0012866-55.2017.5.15.0049 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 10/2023 a 5/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
27	5/5/2024	1.783	01	31/5/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.



Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio, considerando a natureza alimentar do crédito, pendente desde 5/5/2024 - processo 0011863-94.2019.5.15.0049.



Verifica-se que o processo 0011264-24.2020.5.15.0049 possui *chip* "SISBAJUD - aguardar resposta", apesar de não haver comprovação do cumprimento da decisão que determinou a utilização da ferramenta de bloqueio, datada de 6/2/2024.



Data de bloqueio efetivado pendente de desdobramento desde 31/5/2024.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.



5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Bauru (consulta em 31/07/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
0	-	54	3/5/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.

	A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.
	Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos.
	Não foi adotado o modelo padronizado de mandado de pesquisas básicas (0012380-94.2022.5.15.0049).
	Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, ARISP, CRC/JUD INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED) - processo 0000508-05.2010.5.15.0049.
	Envidar esforços a fim de se evitar notificação por oficial de justiça, possibilitando a atuação preponderante desses servidores em atividades voltadas à pesquisa patrimonial, em busca de maior efetividade à execução (0010739-42.2020.5.15.0049).



VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.

5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Painel do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de Bauru (consulta em 31/7/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Mariana Azeredo Costa Salotto	0	0
Fernando Gonçalves Reinoso	34	0
TOTAL	34	0

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 60 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, destacando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.





O prazo para cumprimento das diligências está definido no artigo 5º da Ordem de Serviço nº 1/2024 (parametrização local da Central de Mandados de Itápolis) nos seguintes termos: 30 dias para mandados não urgentes, salvo quanto ao cumprimento de mandados de pesquisa por meio de ferramentas tecnológicas, acúmulo justificável de mandados ou mandados de maior complexidade, ocasião em que o prazo poderá ser prorrogado pelo Juiz responsável em, no máximo, 30 (trinta) dias. São considerados de maior complexidade mandados de imissão na posse, mandados de pesquisa básica com mais de 05 (cinco) executados ou aqueles a serem cumpridos em zona rural.



Não há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido, à luz do prazo estabelecido na parametrização local.

5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Mariana Azeredo Costa Salotto	204
Fernando Gonçalves Reinoso	268

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



Foi nomeado corretor particular somente em uma situação excepcional para venda de um imóvel de grande valor, porém a parte desistiu. O corretor era JULIO CESAR CARDOSO e atualmente não está apto para nomeação. Se for realizada venda direta por meio de corretor particular, será observado se o corretor está cadastrado no Banco de dados do Tribunal.



5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC	O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.
	A unidade informou na última autoinspeção que promoveu a regularização dos 769 processos que aguardavam a expedição de RPV/Precatório, constatados na correição anterior.
	Há 17 processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 8/4/2024 (0010403-77.2016.5.15.0049).
	Existe uma diligência pendente de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC, contudo recebida em 29/7/2024, data próxima à consulta efetuada.
	Por amostragem, observa-se que no processo 0010369-68.2017.5.15.0049, a RPV autuada em 25/1/2024 está vencida, porém há determinação para o prosseguimento da execução forçada, inclusive com a utilização de ferramentas eletrônicas.
	Por amostragem, observa-se que nos processos 0010477-97.2017.5.15.0049 e 0011140-07.2021.5.15.0049, as RPVs autuadas em 31/5/2022 e 30/1/2024 estão vencidas, com determinação para o prosseguimento com a utilização de ferramenta eletrônica de bloqueio, porém ainda pendentes de cumprimento.
	Por amostragem, constata-se do processo 0010772-95.2021.5.15.0049 que foi promovido o bloqueio de valores para satisfação das RPVs vencidas, contudo encontra-se pendente a liberação aos beneficiários (decorrido prazo para embargos em 10/7/2024)
	Por amostragem, observou-se nos processos 0011020-95.2020.5.15.0049 e 0010442-98.2021.5.15.0049 RPVs autuadas em 25/1/2024 e 26/1/2024, respectivamente, ambos sem qualquer desdobramento.





Nota-se do processo 0010412-97.2020.5.15.0049 determinação para liberação de valores em 29/4/2024, ainda pendente de cumprimento e no processo 0010460-85.2022.5.15.0049, comprovação de pagamento em 26/7/2024 e a petição até a presente data não foi analisada.



Necessidade de saneamento do sistema GPREC em relação à baixa de RPVs por já quitadas, como nos processos 0010369-68.2017.5.15.0049, 0011697-57.2022.5.15.0049 e 0010139-50.2022.5.15.0049.

5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 27/6/2024

Quantidade de movimentações em contas
saneadas pela Unidade (Depósitos Judiciais e
Recursais)



275
movimentações

#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.



5.9. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)

Gestão de execuções
Processos antigos
Diagnóstico
Treinamento, Qualificação, Escola Judicial
Eficiência
Soluções específicas

Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo *link*:



Apresentação (25/7/2024)

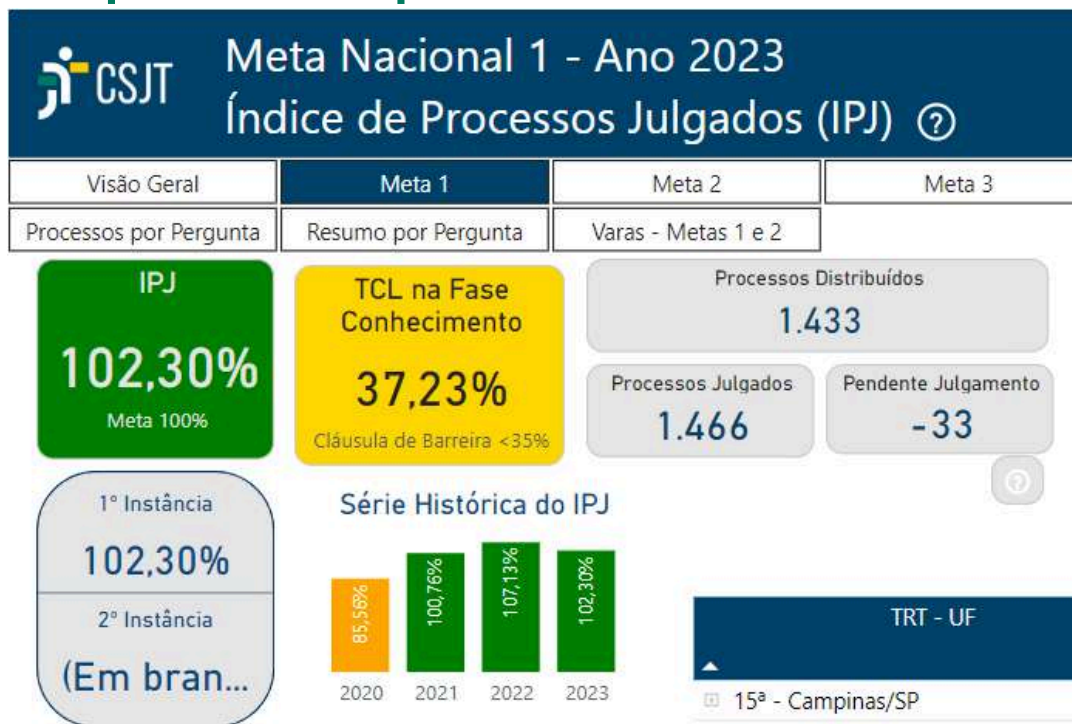
- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 29/7/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

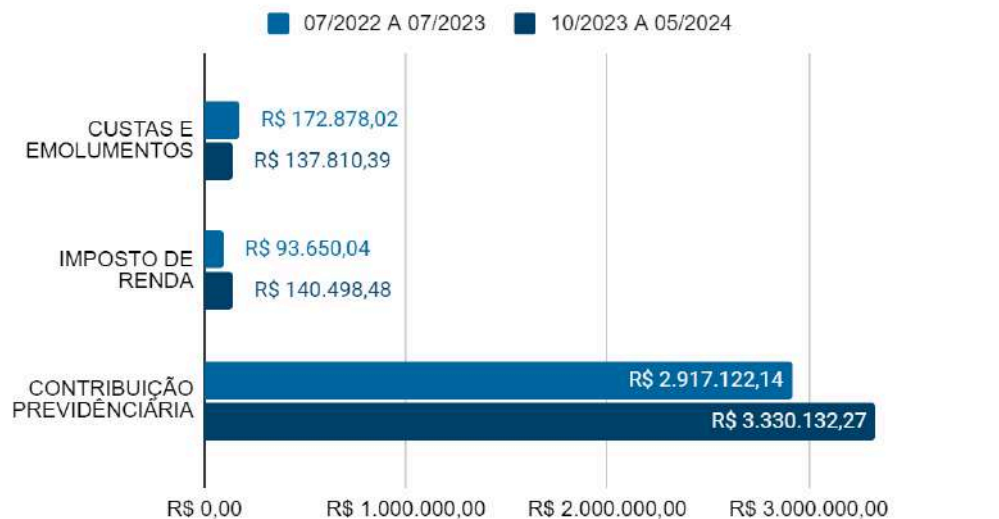


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.



8. DELIBERAÇÕES FINAIS

	Cumprimento da Meta 1 e Meta 2 do CNJ.
	Não cumprimento da Meta 5 do CNJ.
	Variação não favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento e na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
	Variação favorável, com possibilidade de melhorar, pois o prazo médio na fase de conhecimento ultrapassa 200 dias.
	Variação favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
	Variação favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade utilizará o modelo completo de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.



MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Acessibilidade e Inclusão”

Combatendo a Violência contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema “Combatendo a Violência contra as mulheres”







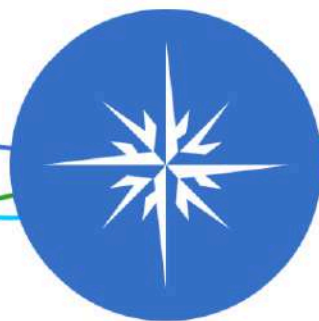


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026

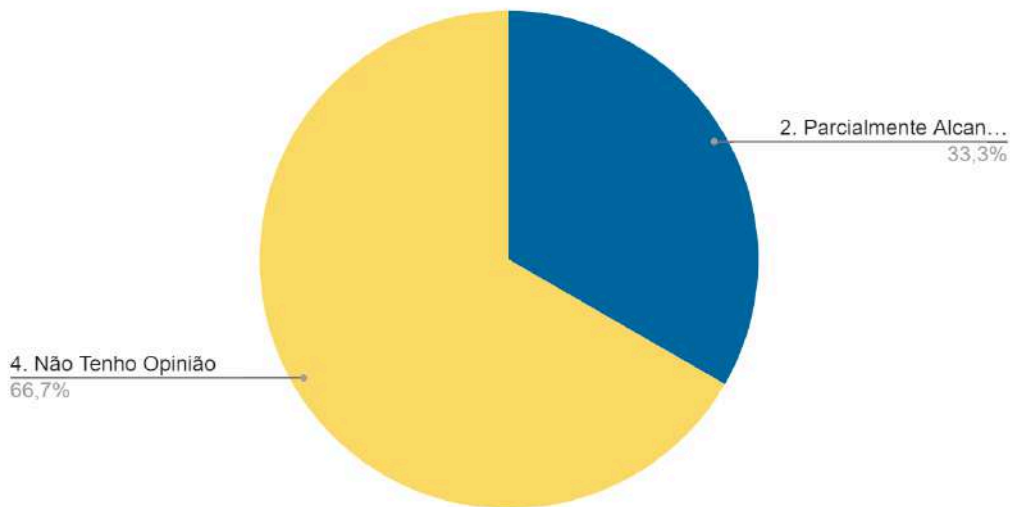


Ocorrências

	Participou, presencialmente, o Juiz Titular Mauro César Moreli.
	Afastada legalmente, em férias, a Juíza Substituta em auxílio fixo Edma Alves Moreira.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.



Atendimentos



Advogado Cristiano Aurélio Bonini
OAB/SP nº 317.069

Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 14 de agosto de 2024, às 13h55min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência a Desembargadora RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA, Corregedora Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



RELATÓRIO CORREICIONAL

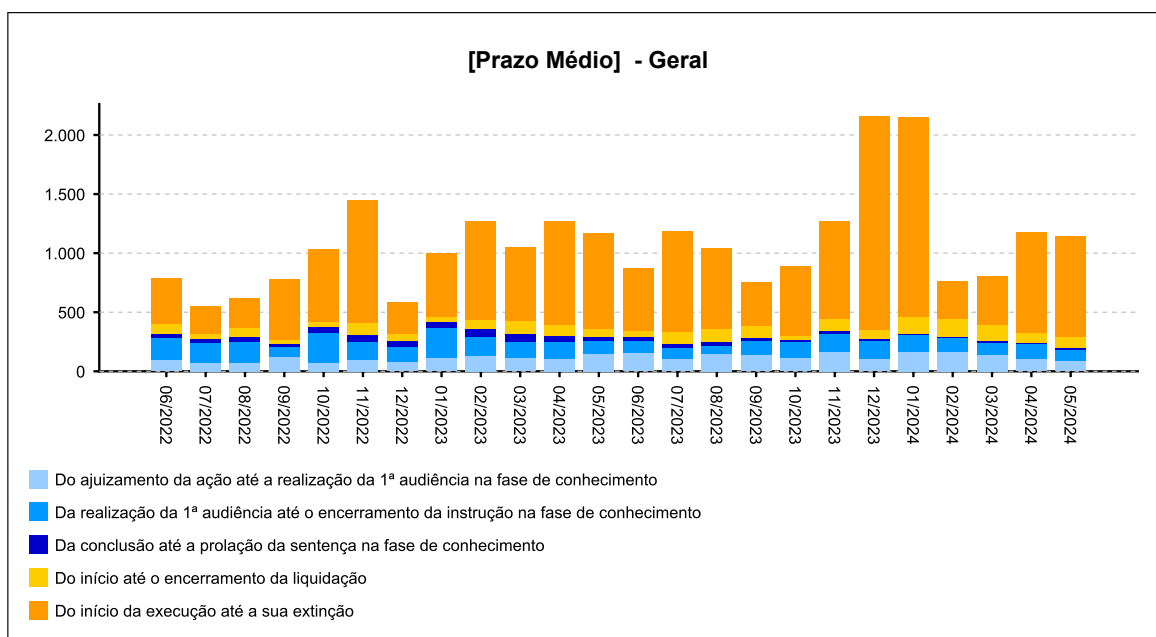
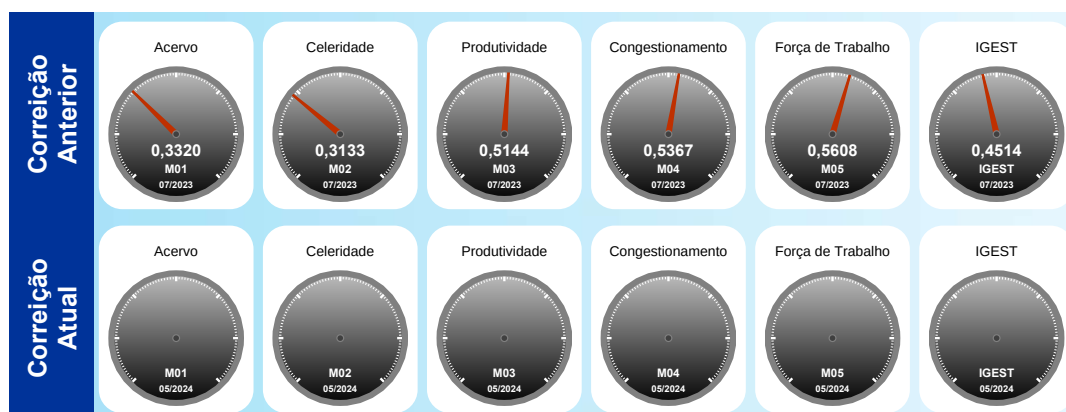
VARA DO TRABALHO DE ITÁPOLIS - 0049
[1001 a 1500 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 7.729/89
Data de Instalação: 20/10/1989
Data de Instalação do PJE: 21/05/2014
Data da Última Correição: 05/10/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

[1 - TITULARIDADE](#)

[2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)

[3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)

[3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)

[3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)

[3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)

[4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)

[5 - PRAZOS MÉDIOS](#)

[6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)

[7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)

[8 - RECURSOS](#)

[9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)

[10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)

[11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)

[12 - ARRECADAÇÃO](#)

[13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)

[14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MAURO CESAR MORELI	17/07/2023

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
26/11/2023 a 15/12/2023	FÉRIAS
18/12/2023 a 18/12/2023	FÉRIAS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/10/2023 a 14/07/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
EDMA ALVES MOREIRA	07/01/2022 a 15/07/2024

Afastamentos: Não houve





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/05/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
AILTON JANUARIO JUNIOR	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/07/2005
DORALICE APARECIDA NARDINI	REQ	FC-02 ASSISTENTE	07/05/2001
FRANCINE CASEMIRO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	22/07/2005
ISRAEL MOREIRA PARADELA	TJA	-	06/11/2023
JANA REGINA GARCIA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	09/01/2017
MELISSA DE FRANCESCHI MOURAO	ND	FC-02 ASSISTENTE	13/01/2022
NOELIA CASONI RAVAGNANI CAZETTA	ND	FC-01 EXECUTANTE	22/11/2023
RAFAEL MOLINA VICARI	TJA	FC-04 CALCULISTA	23/04/2018
RENATA MARTINS GUIMARAES TARALLO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	13/11/2015
TELMA DANIELA FAVERO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	07/07/2004
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [10/2023 a 05/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA LUTO - SERVIDOR RPPS - ATÉ 08 DIAS	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	43
LICENÇA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA - SERVIDOR - ATÉ 30 DIAS	1
TOTAL	45





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/05/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

Não há estagiários na unidade





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [31/05/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

SERVIDORES	HORAS
FRANCINE CASEMIRO	27
ISRAEL MOREIRA PARADELA	608
RENATA MARTINS GUIMARAES TARALLO	26





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

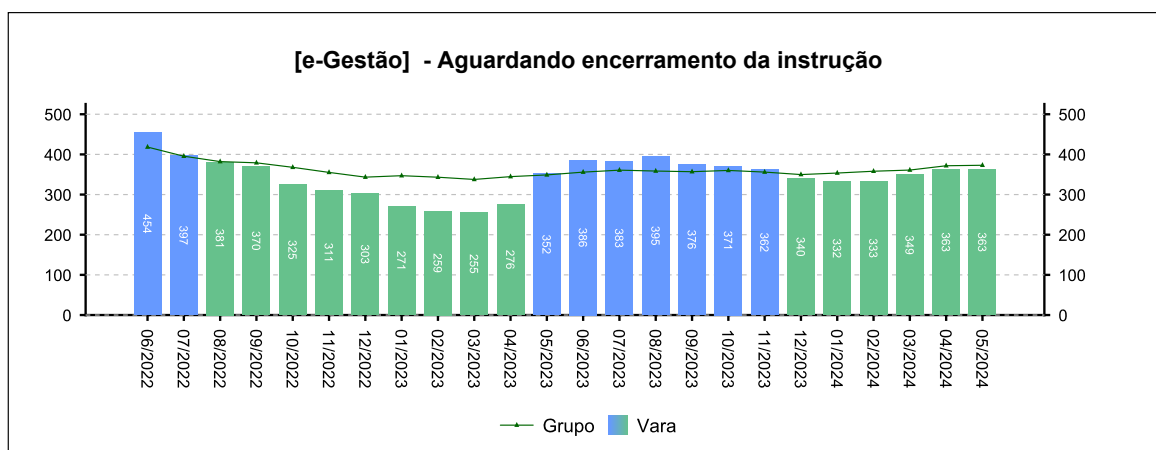
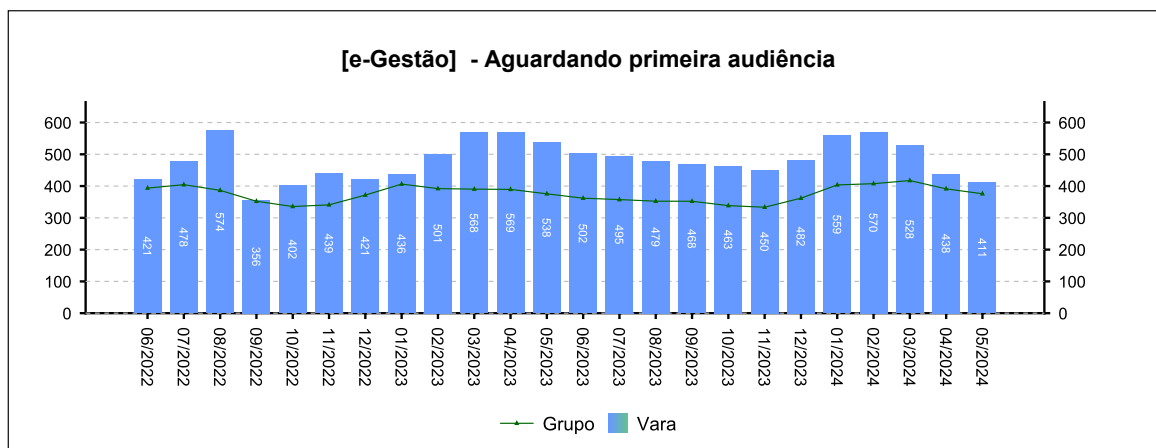
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	411	376	---
Aguardando encerramento da instrução	363	373	---
Aguardando prolação de sentença	58	54	---
Aguardando cumprimento de acordo	22	37	---
Solucionados pendentes de finalização na fase	1.020	882	---
Pendentes de finalização	1.874	1.723	---

Período: 10/2023 a 05/2024

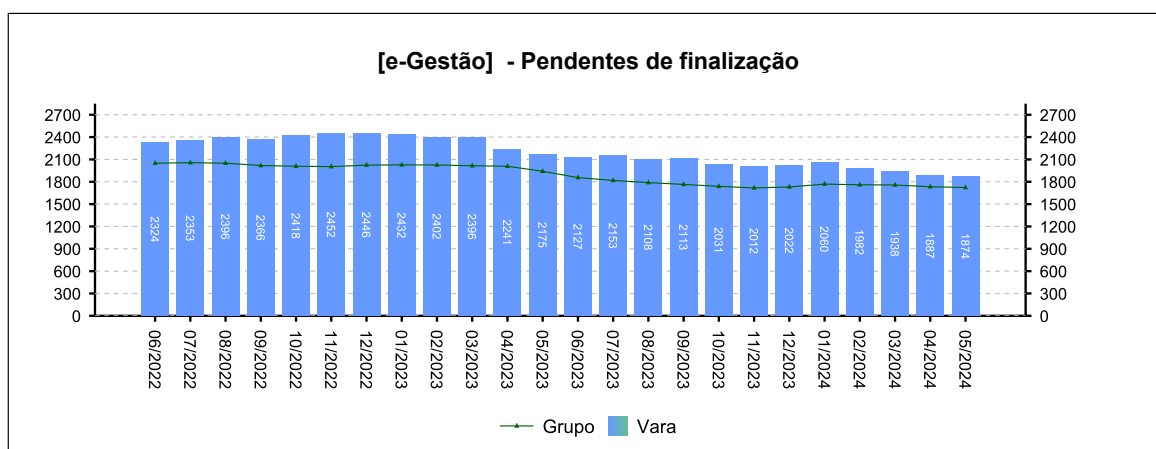
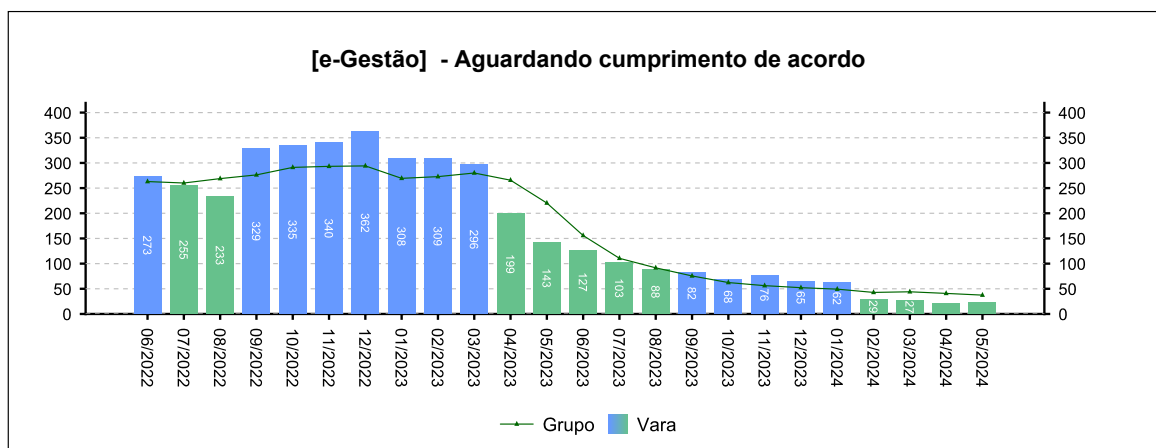
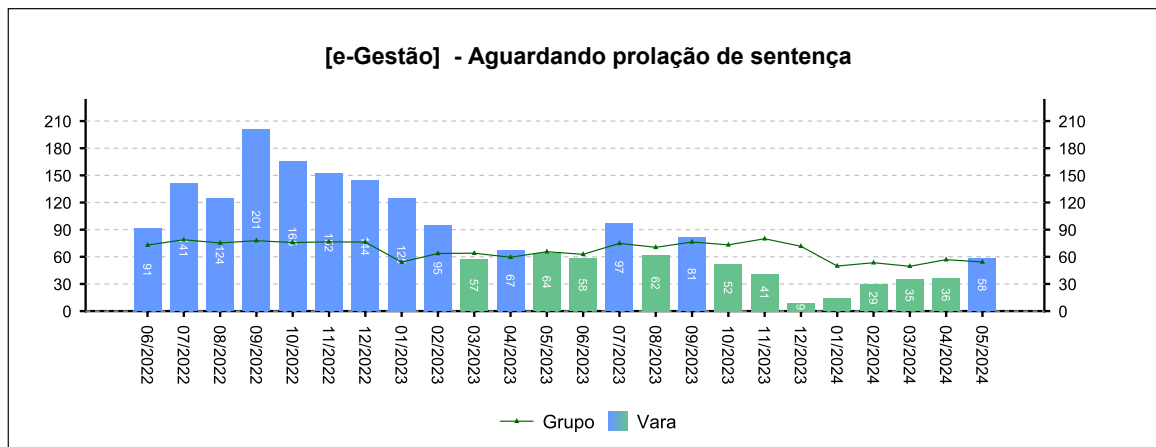




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

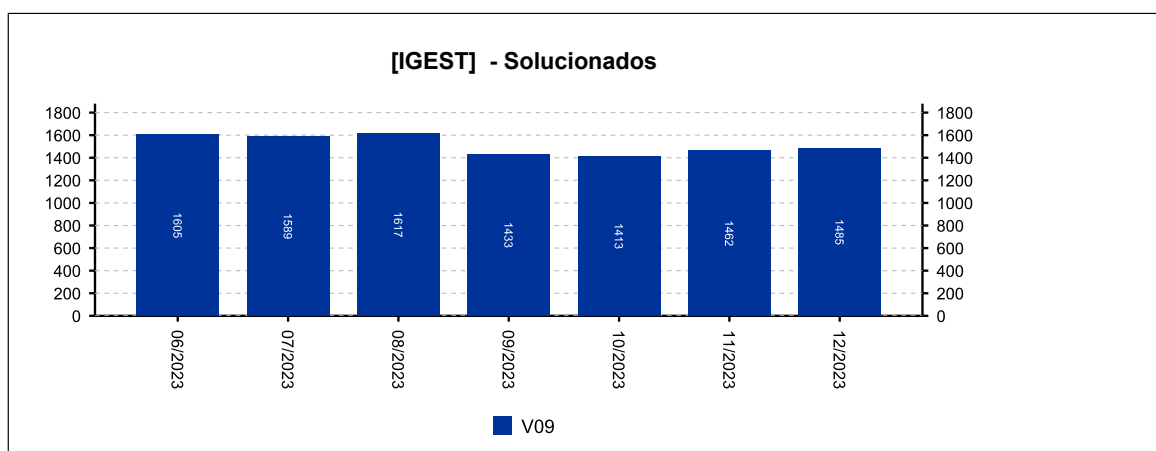
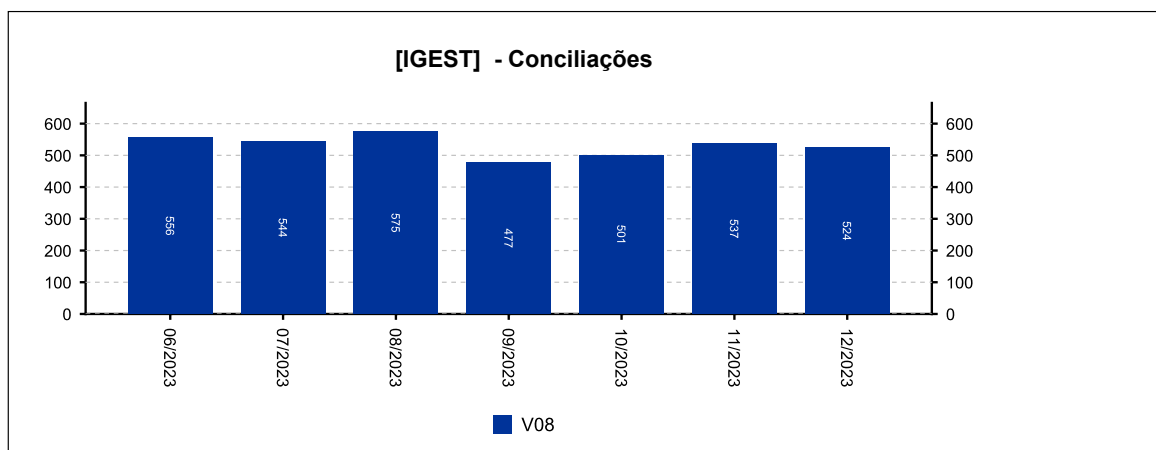
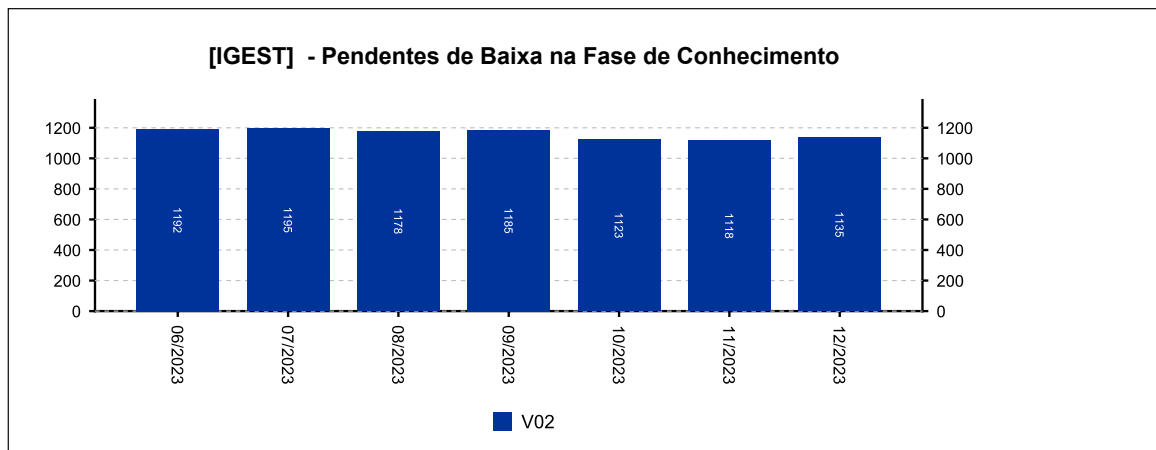




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

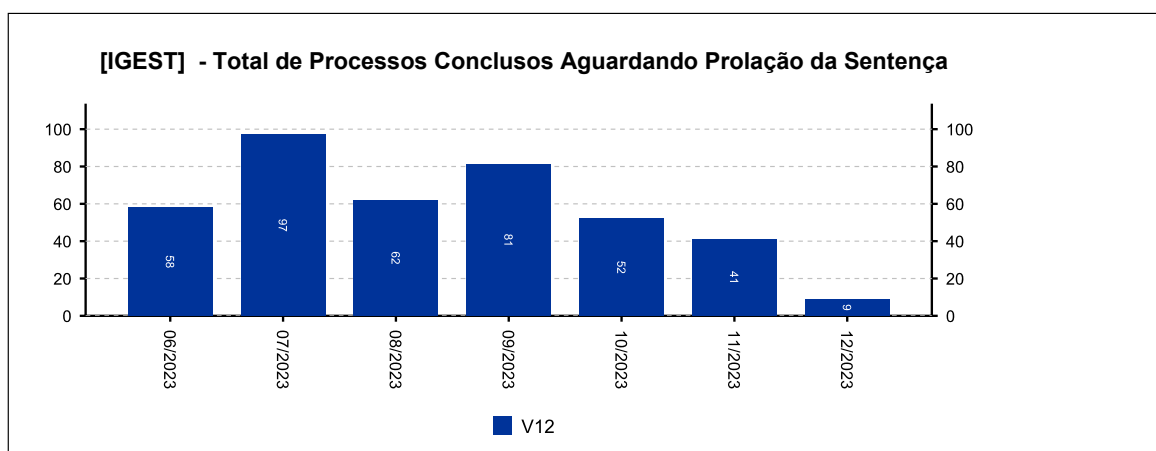
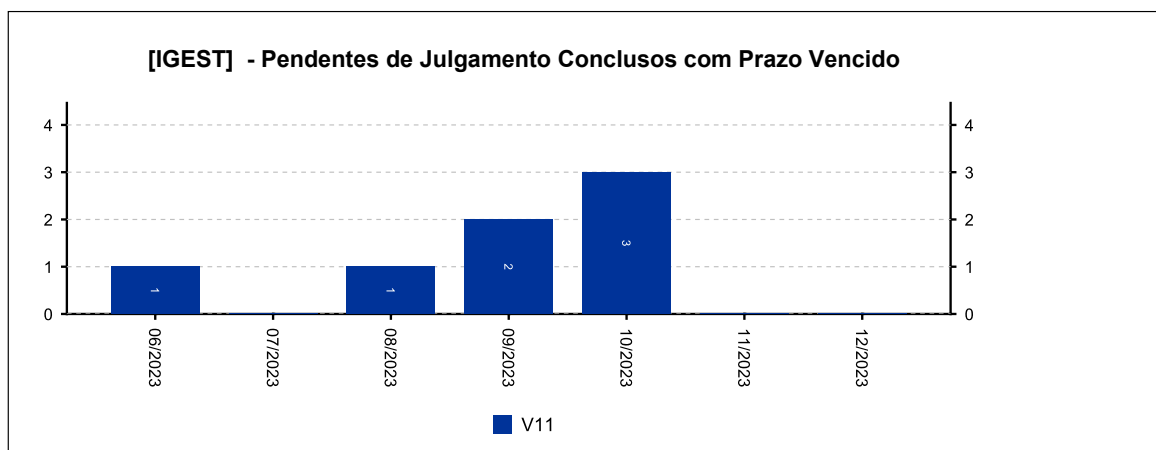
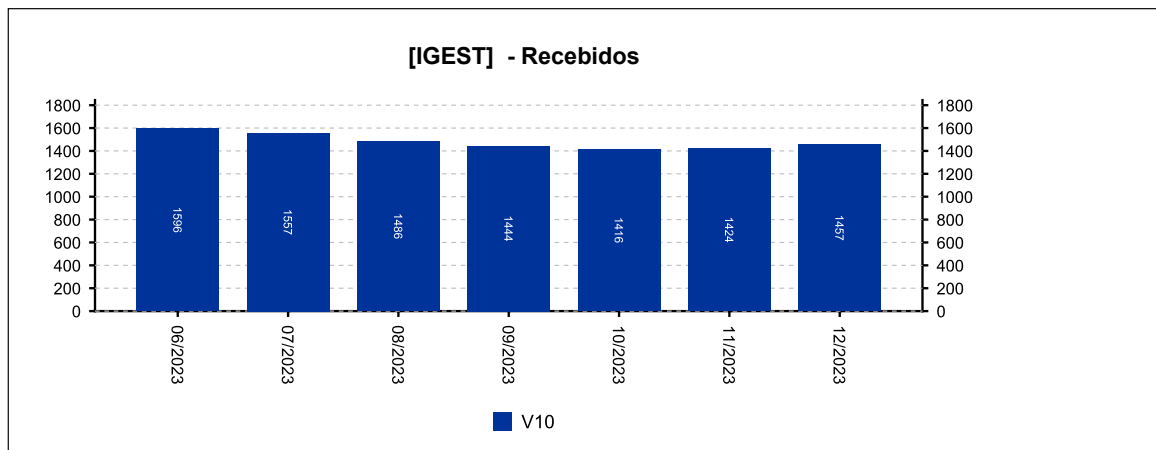




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

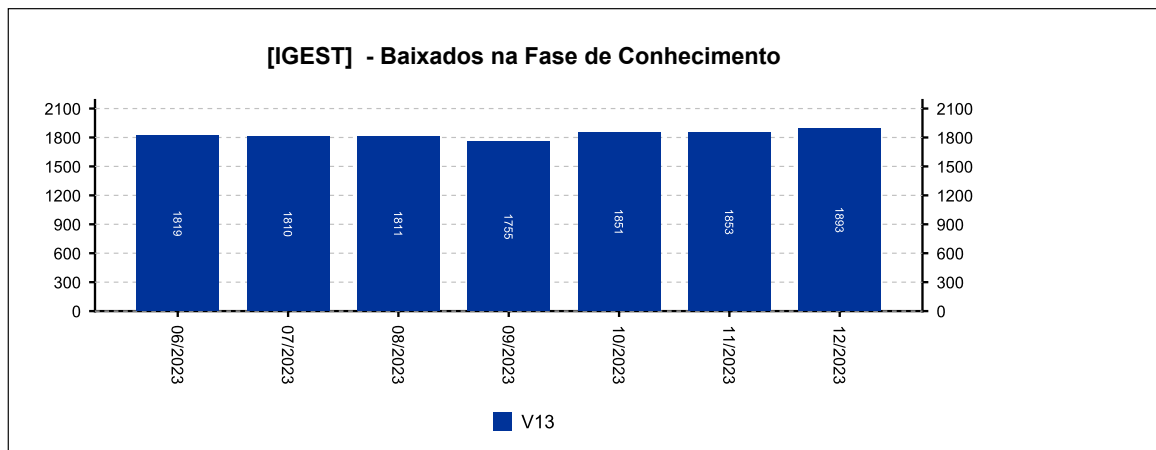




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





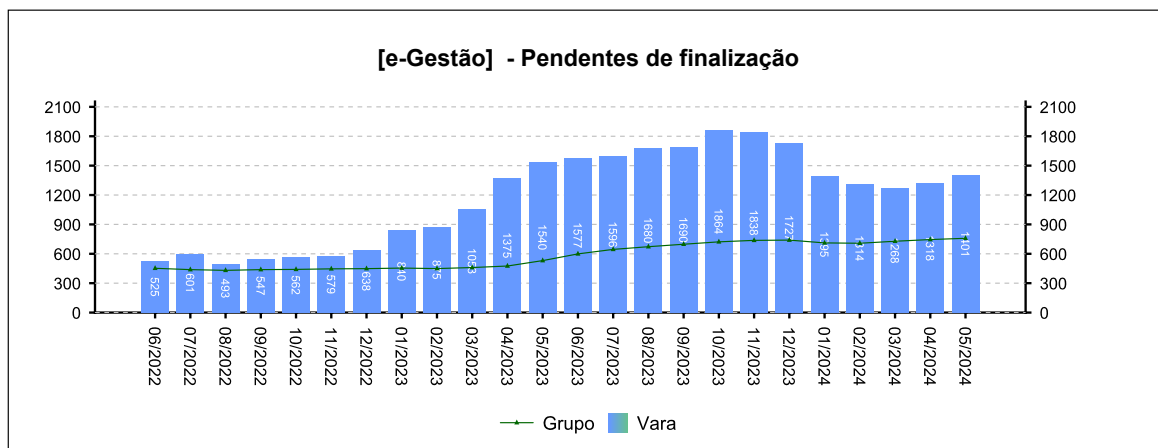
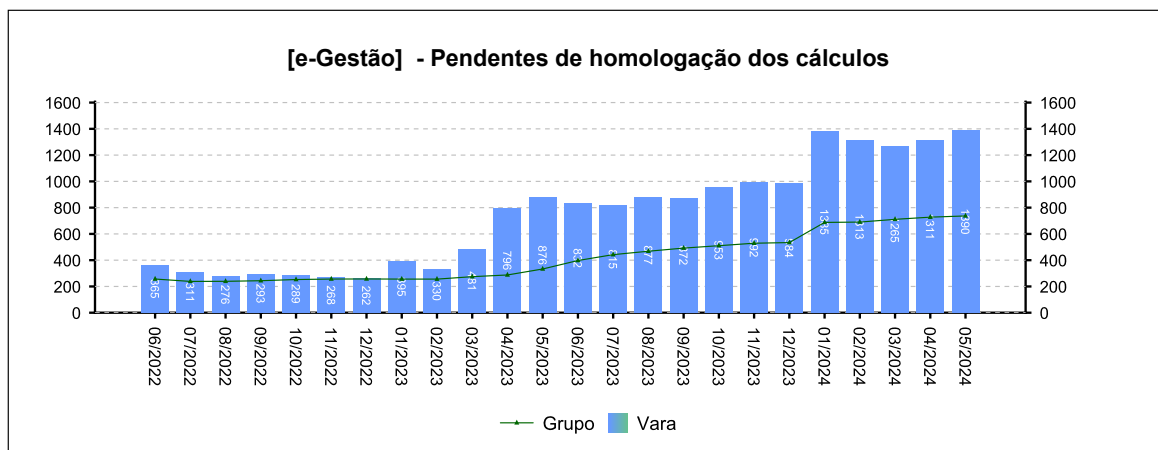
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	1.390	737	---
Liquidados pendentes de finalização na fase	11	21	---
Pendentes de finalização	1.401	758	---

Período: 10/2023 a 05/2024

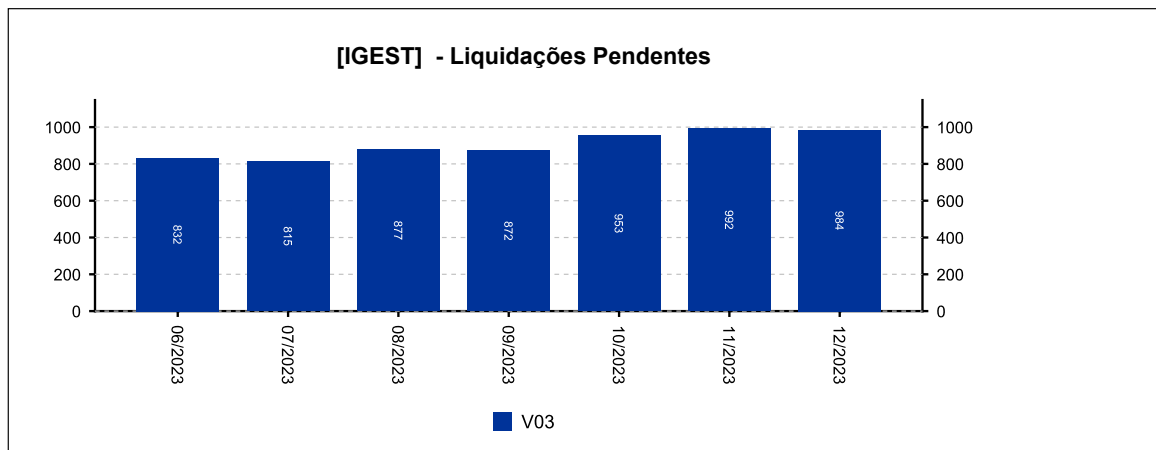




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





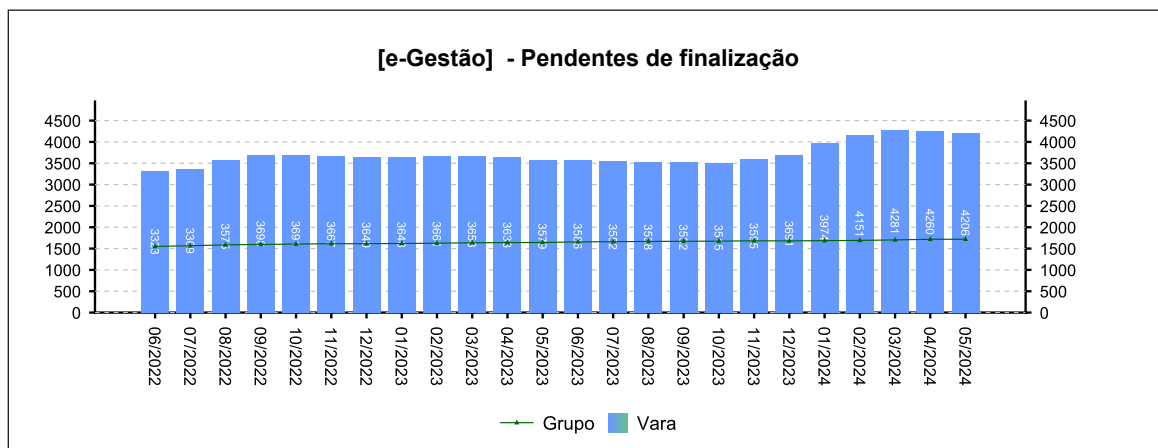
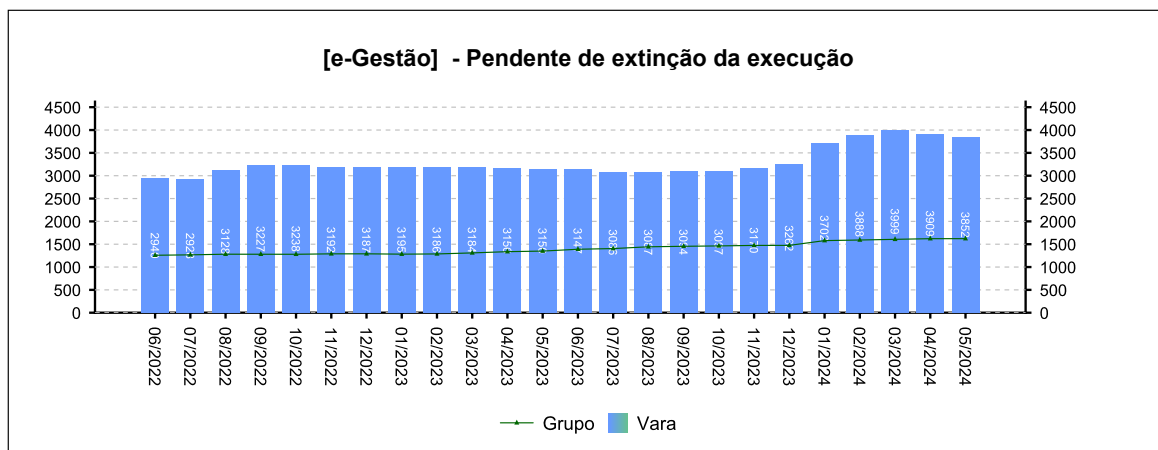
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	3.852	1.621	---
Encerrados pendentes de finalização na fase	355	98	---
Pendentes de finalização	4.206	1.719	---

Período: 10/2023 a 05/2024

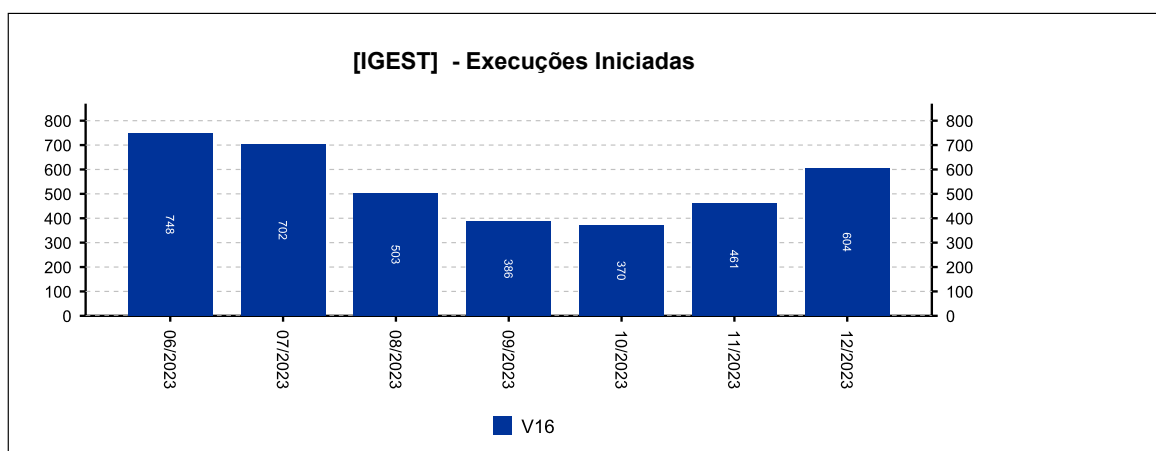
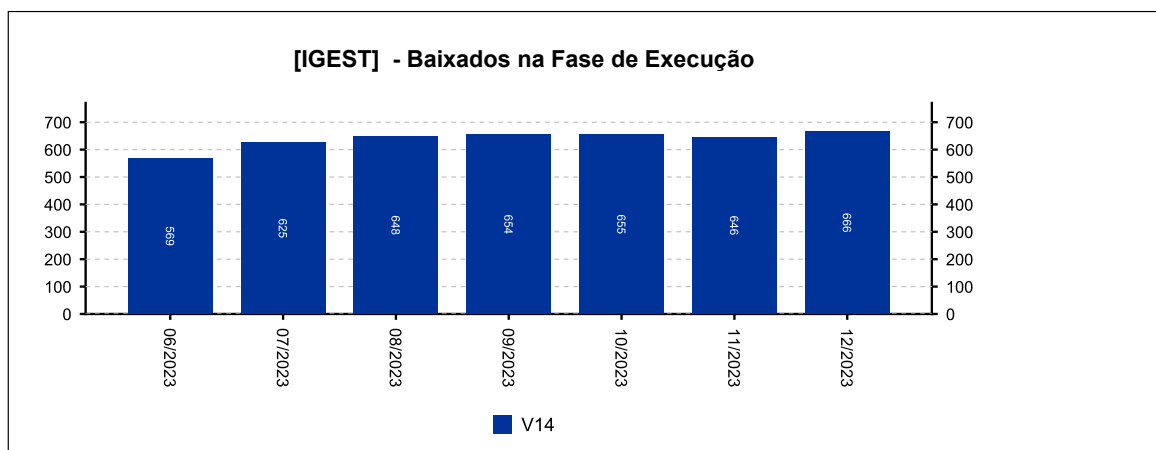
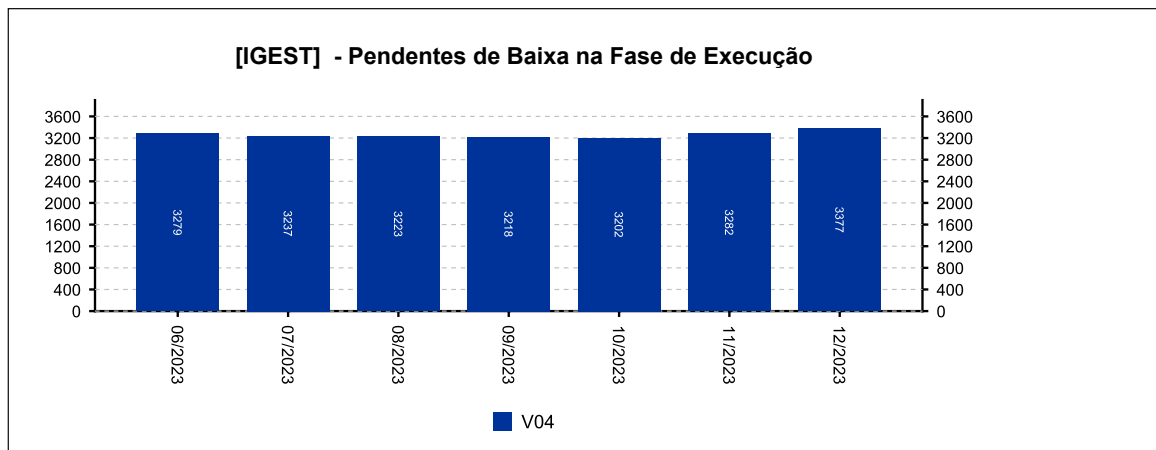




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

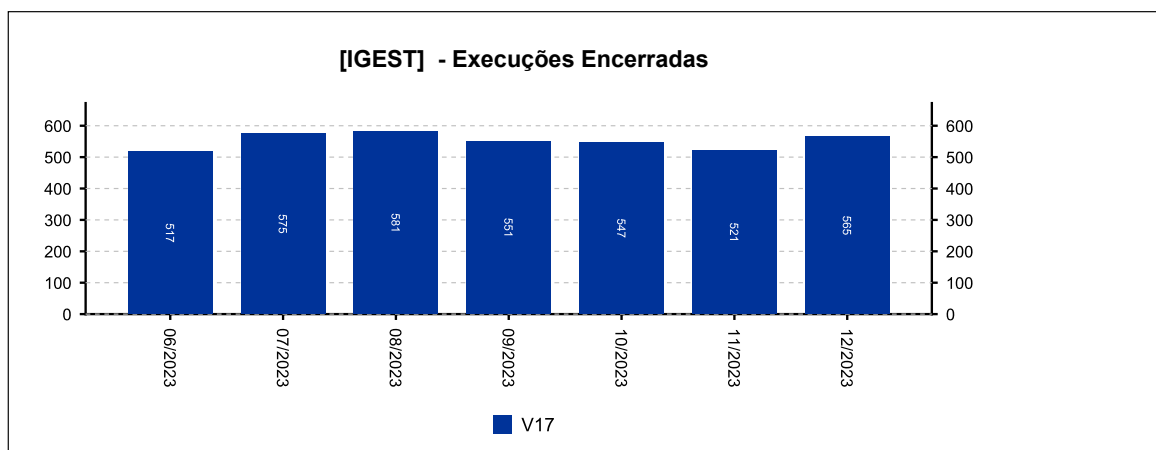




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





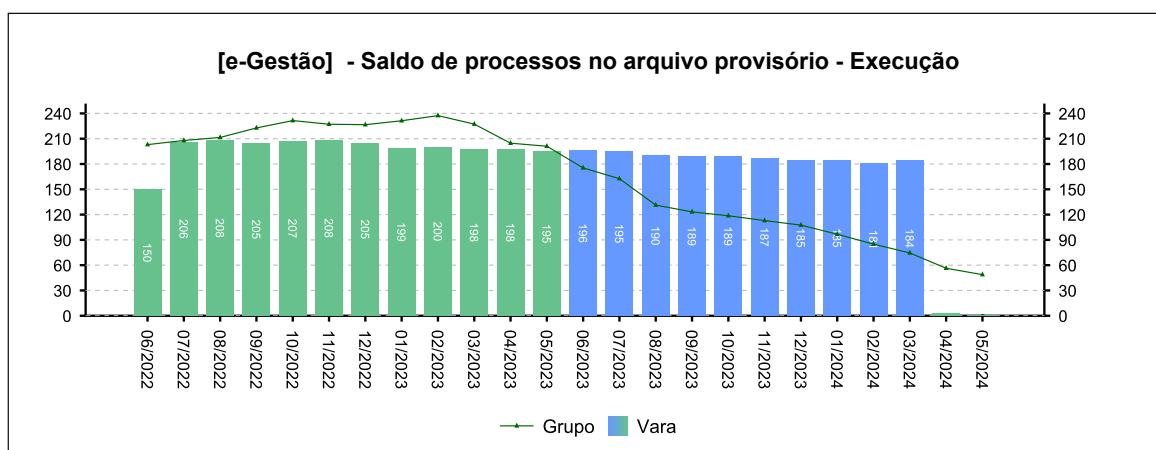
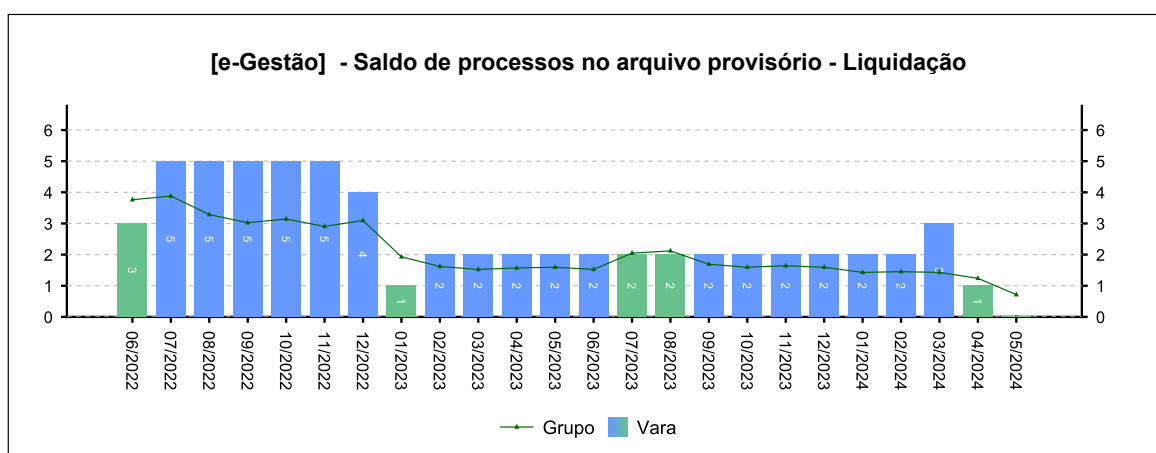
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	49	---

Período: 10/2023 a 05/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	1.874	1.723	---
Pendentes de finalização - Liquidação	1.401	758	---
Pendentes de finalização - Execução	4.206	1.719	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	0	49	---
TOTAL:	7.481	4.249	---

Período: 10/2023 a 05/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

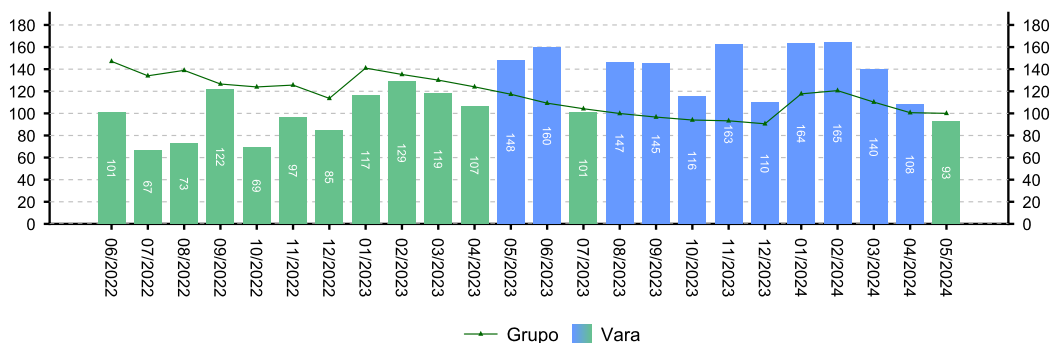
[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

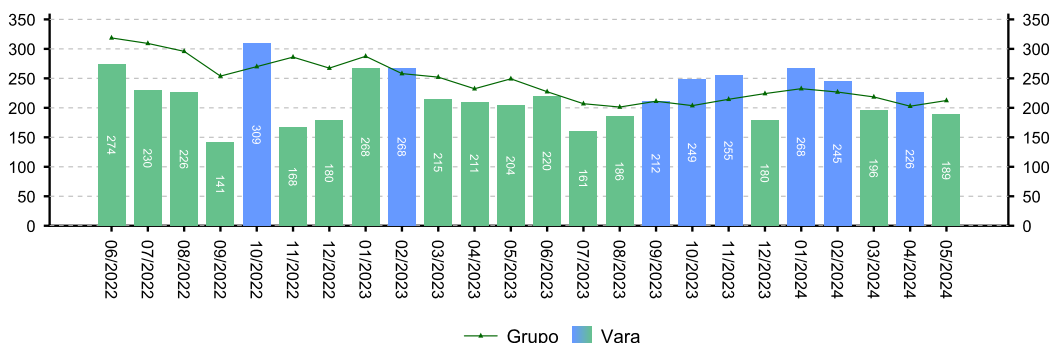
	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	958	128	103	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.230	222	215	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.202	221	232	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	703	14	26	---

Período: 10/2023 a 05/2024

[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento



[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução

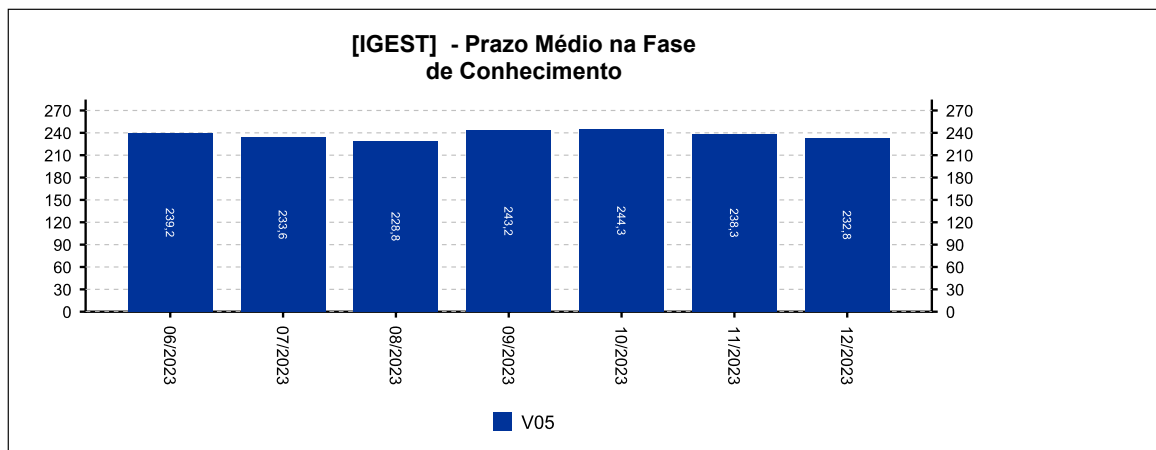
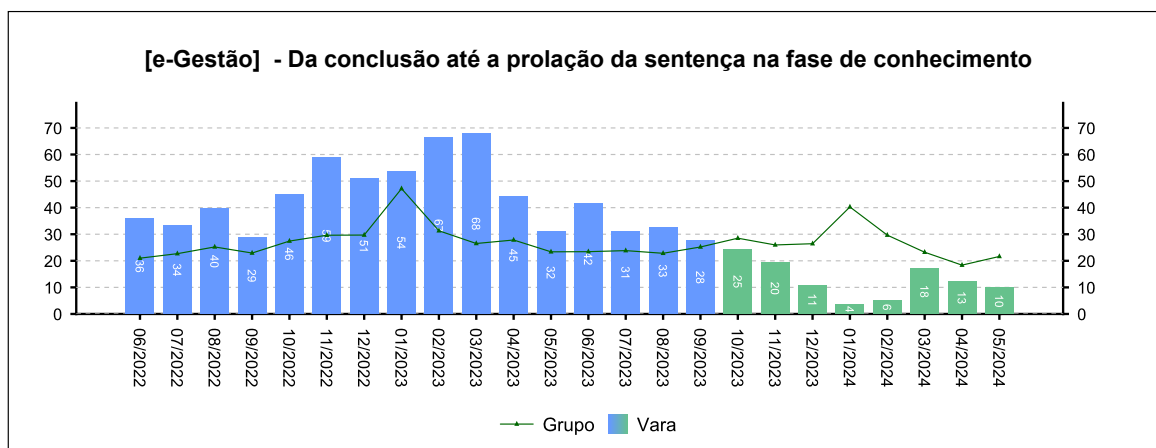
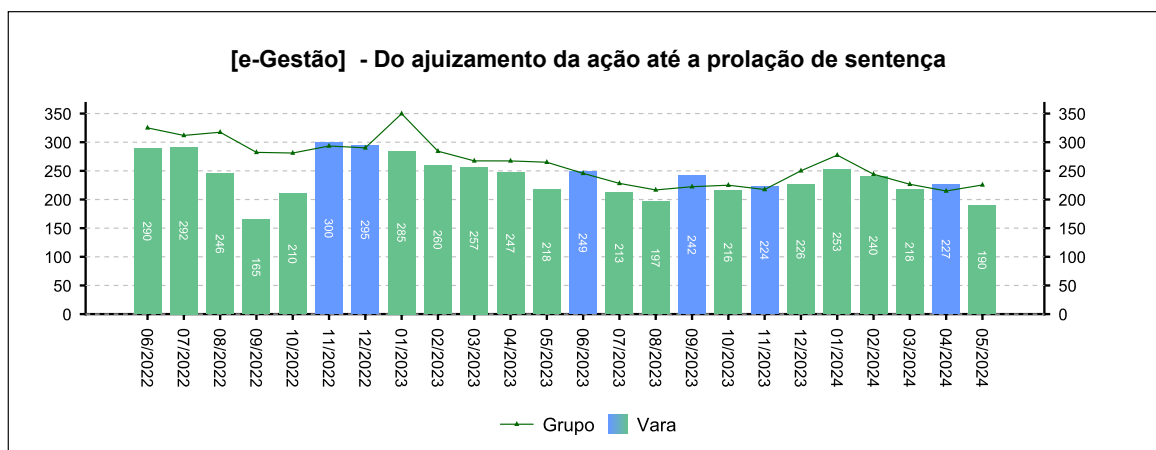




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



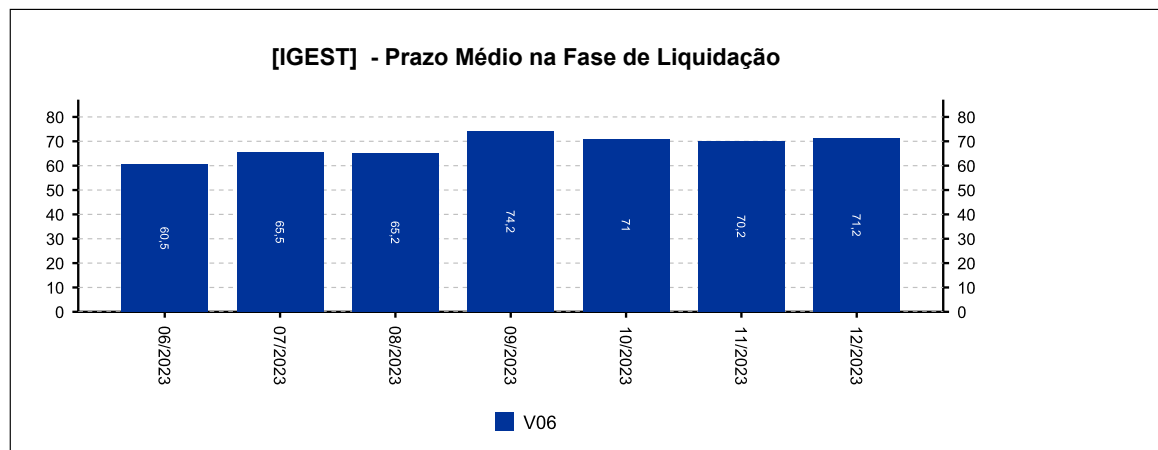
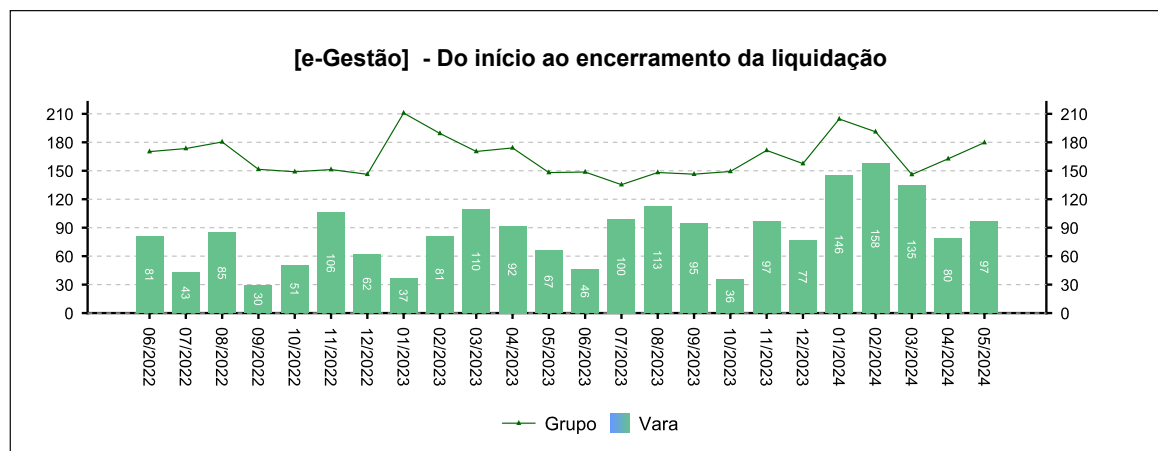


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	533	93	170	---
Período: 10/2023 a 05/2024				





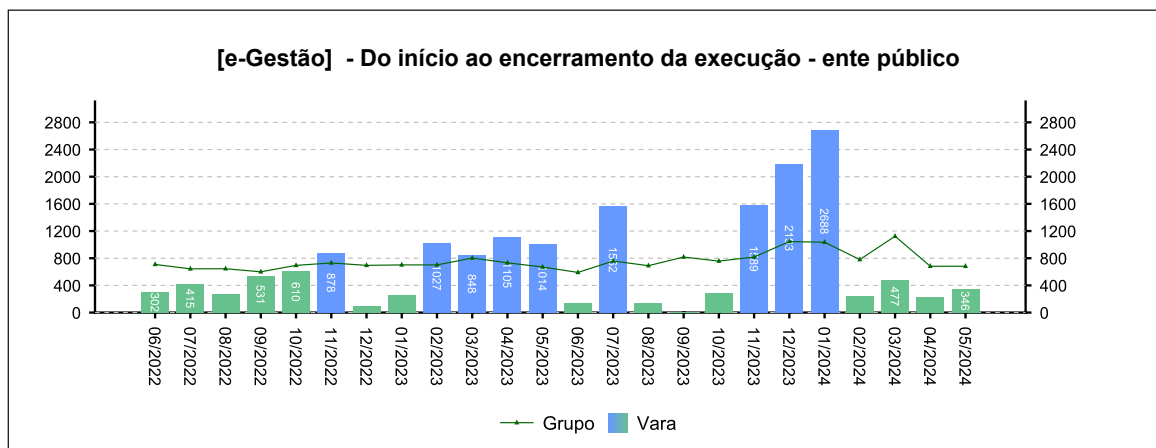
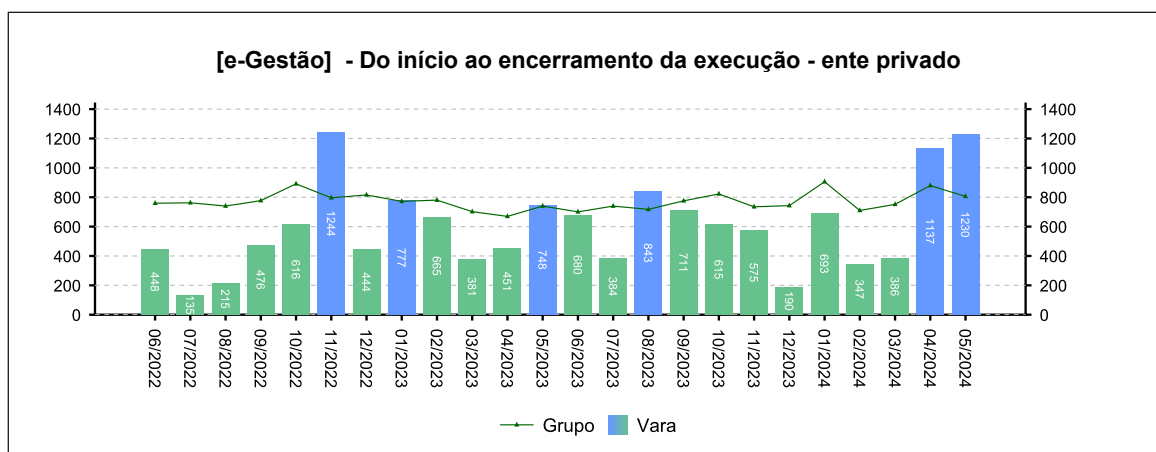
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	333	824	797	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	204	1.152	872	---
Total / Média	537	949	815	---

Período: 10/2023 a 05/2024

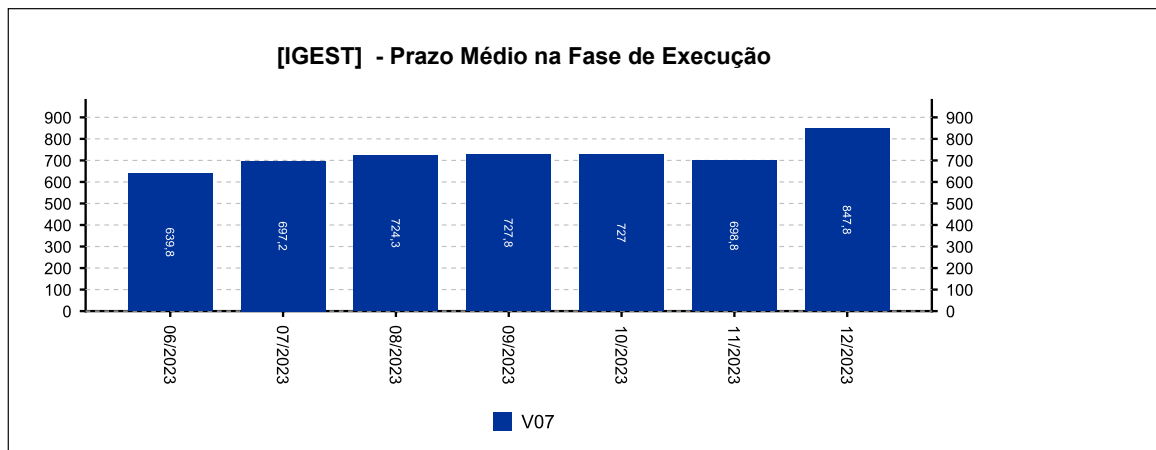




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

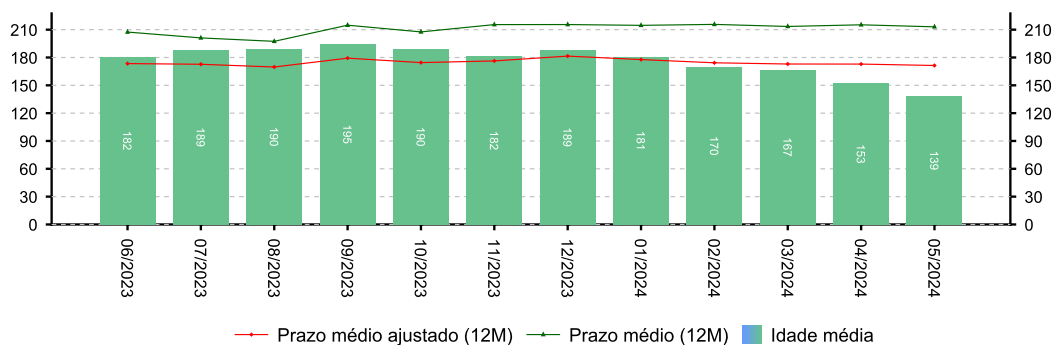
[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

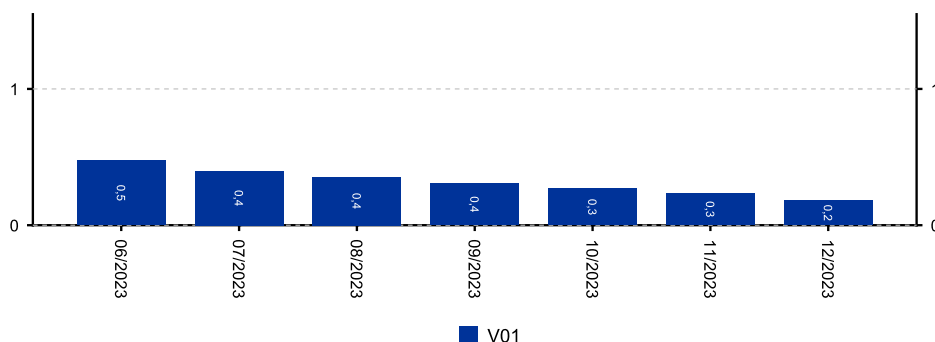
PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010593-98.2020.5.15.0049	13/12/2022	21/04/2020	1.501
0010065-30.2021.5.15.0049	08/04/2021	19/01/2021	1.228
0010539-98.2021.5.15.0049	03/08/2021	18/05/2021	1.109
0010629-09.2021.5.15.0049	17/08/2021	07/06/2021	1.089
0010874-20.2021.5.15.0049	26/01/2022	06/08/2021	1.029

Período: até 05/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução



[IGEST] - Idade Média do Pendente de Julgamento





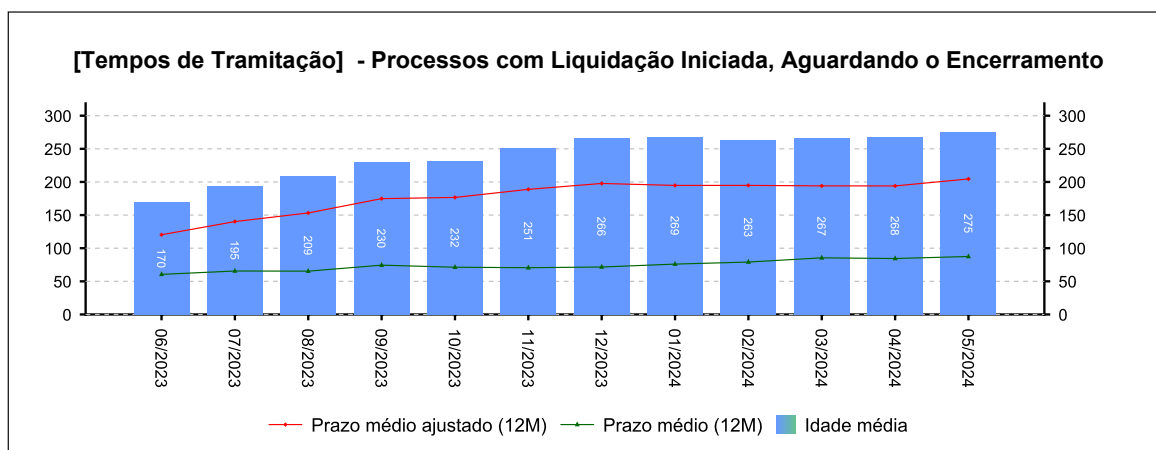
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0025800-94.2007.5.15.0049	08/03/2014	15/02/2007	3.737
0017500-46.2007.5.15.0049	23/07/2014	01/02/2007	3.600
0017400-91.2007.5.15.0049	08/01/2015	01/02/2007	3.431
0186200-19.2006.5.15.0049	03/07/2017	13/12/2006	2.524
0114200-84.2007.5.15.0049	30/11/2017	21/06/2007	2.374

Período: até 05/2024





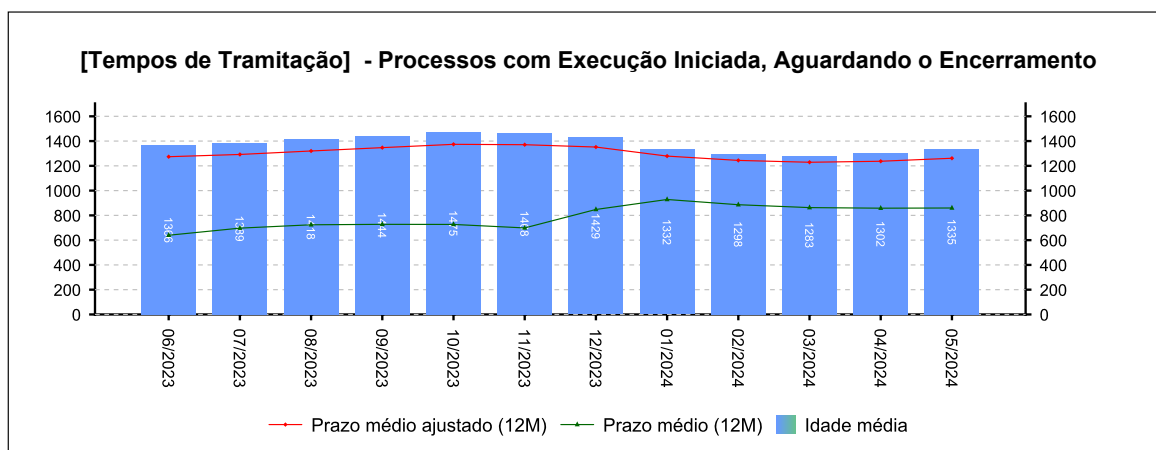
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0099900-35.1998.5.15.0049	22/09/1998	01/07/1998	9.383
0105300-30.1998.5.15.0049	26/04/1999	21/07/1998	9.167
0033200-48.1996.5.15.0049	04/08/1999	22/03/1996	9.067
0065700-36.1997.5.15.0049	12/01/2000	28/04/1997	8.906
0001900-29.2000.5.15.0049	11/06/2001	12/01/2000	8.390

Período: até 05/2024





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	1501	138	213	171
Do Início ao Encerramento da Liquidação	3737	275	87	205
Do Início ao Encerramento da Execução	9383	1334	860	1261
Período: até 05/2024				

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

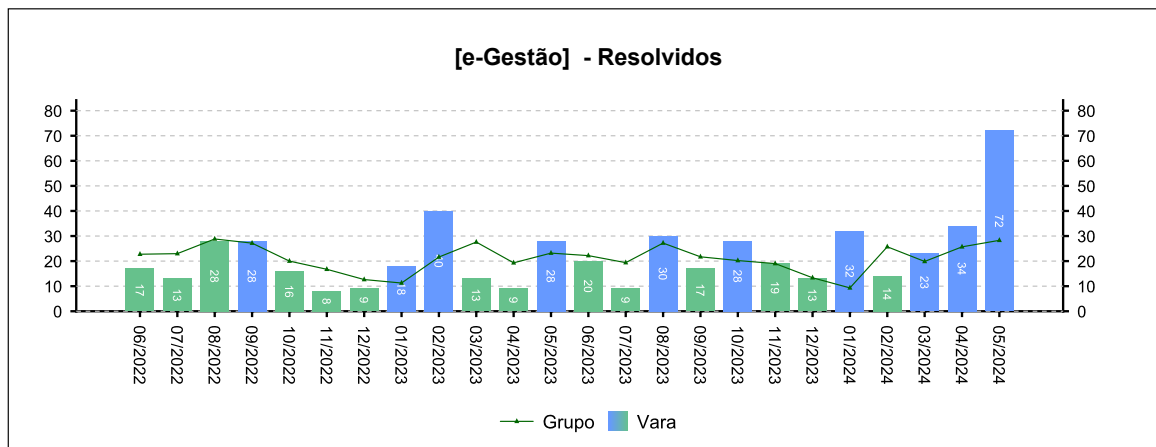
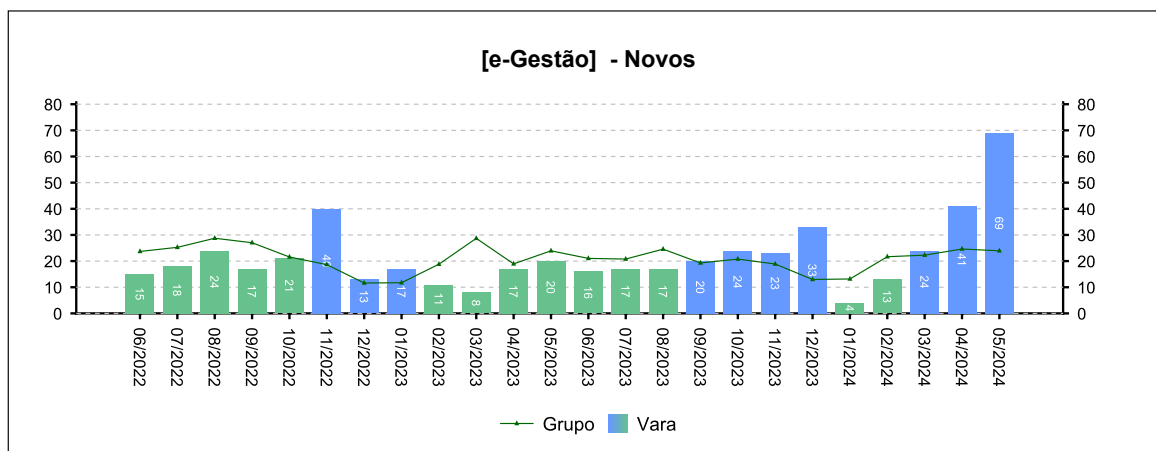
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
231	235	17

Período: 10/2023 a 05/2024

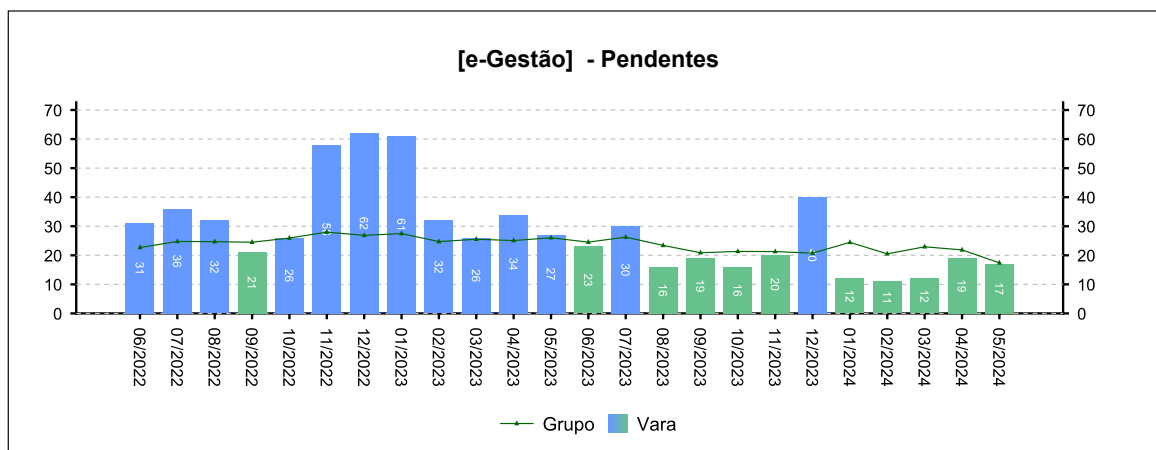




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





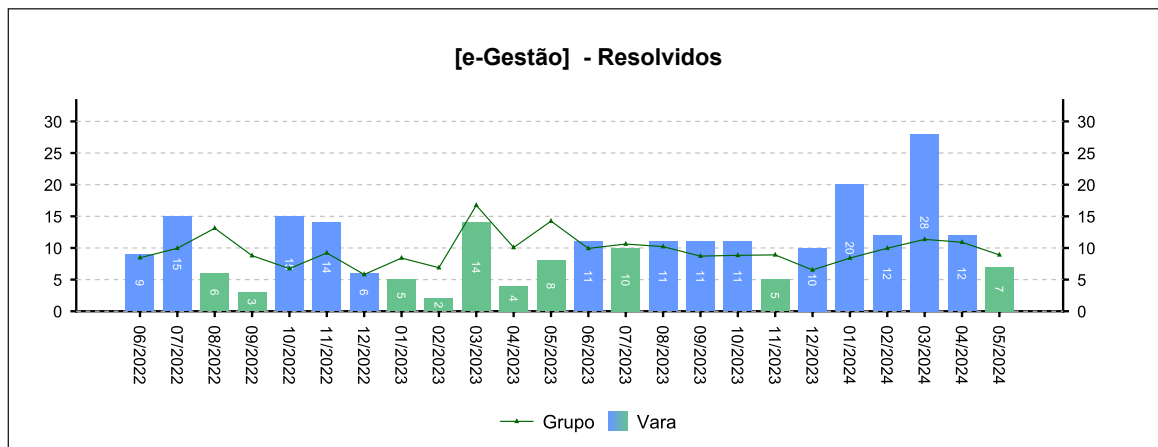
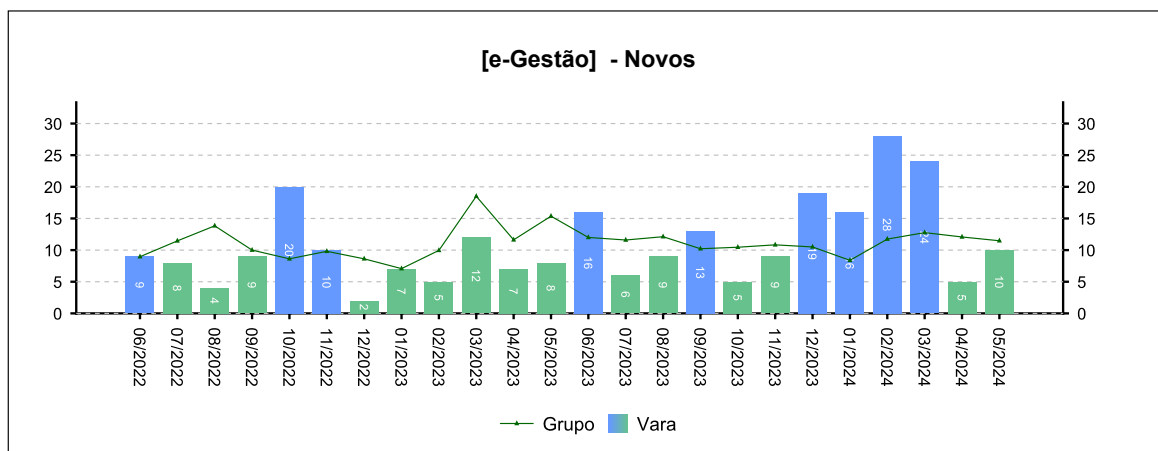
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
116	105	13

Período: 10/2023 a 05/2024

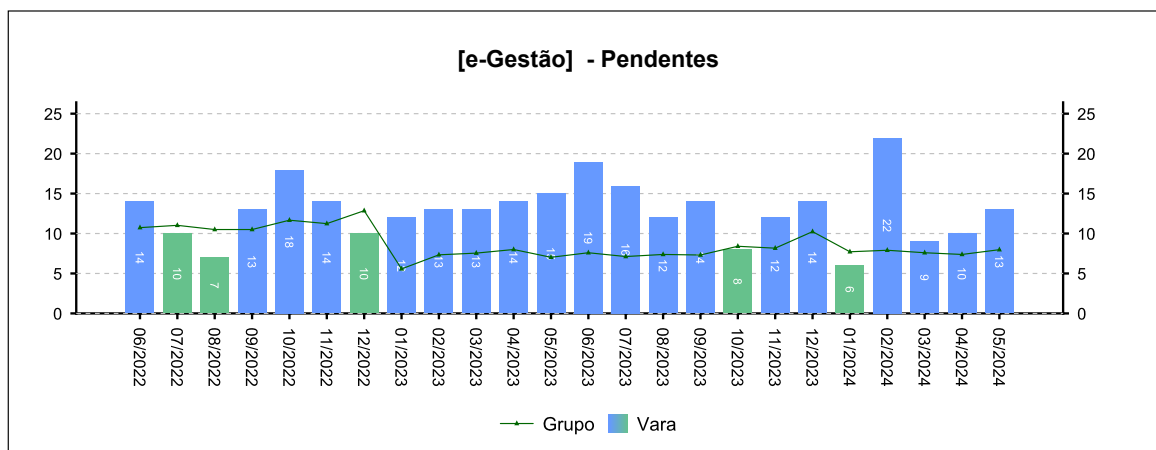




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





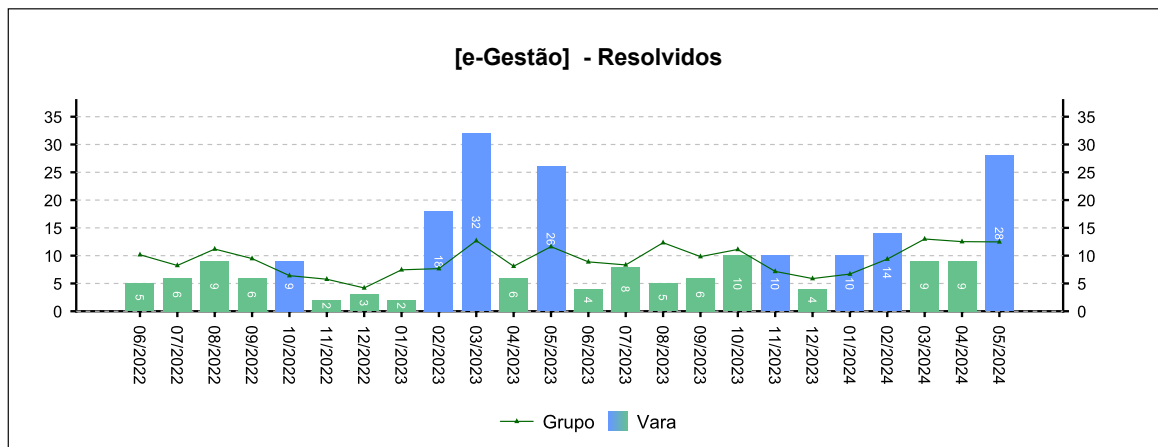
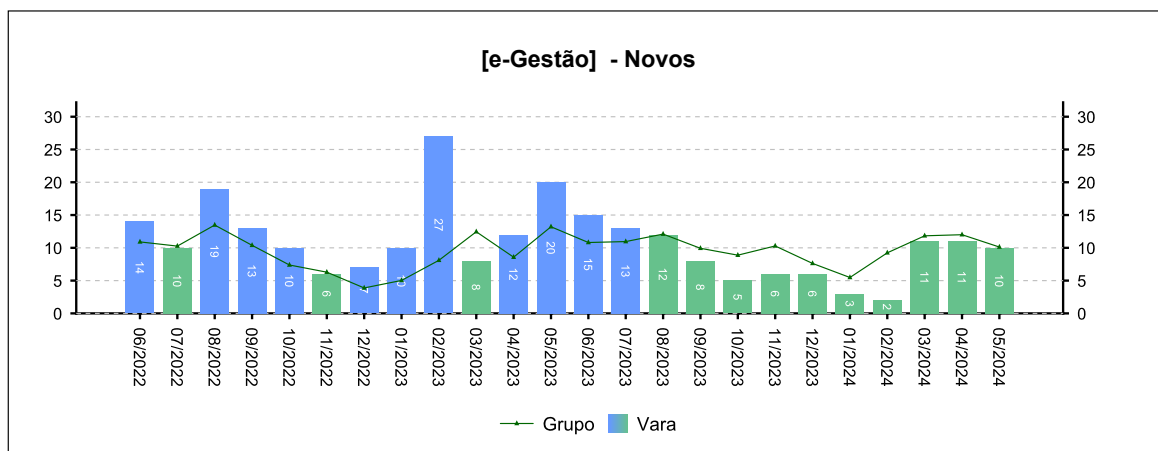
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
54	94	68

Período: 10/2023 a 05/2024

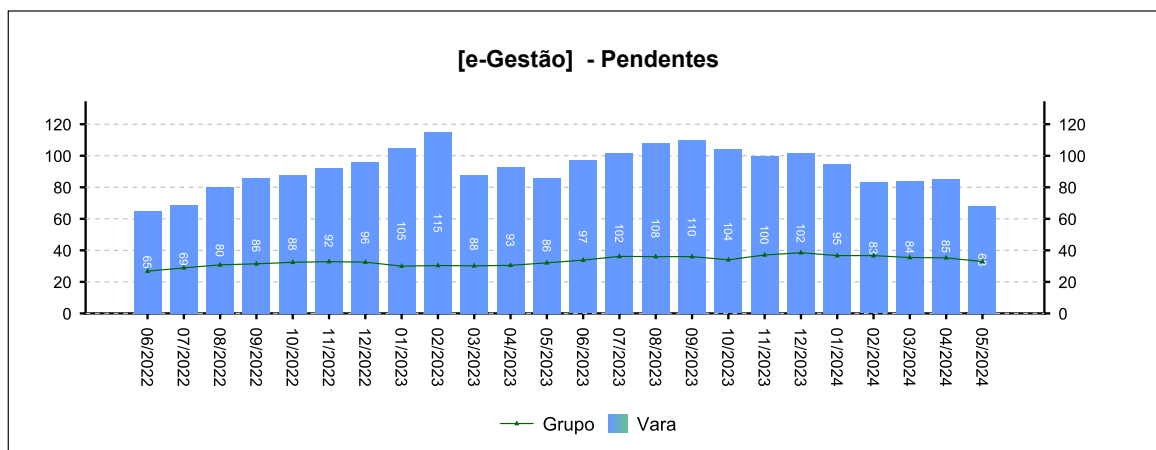




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
401	434	98
Período: 10/2023 a 05/2024		





8 - RECURSOS

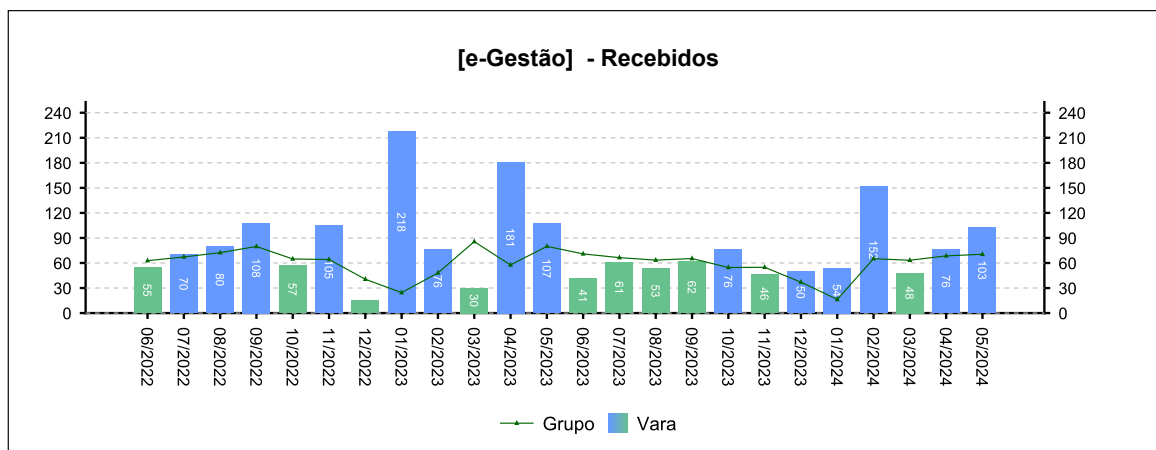
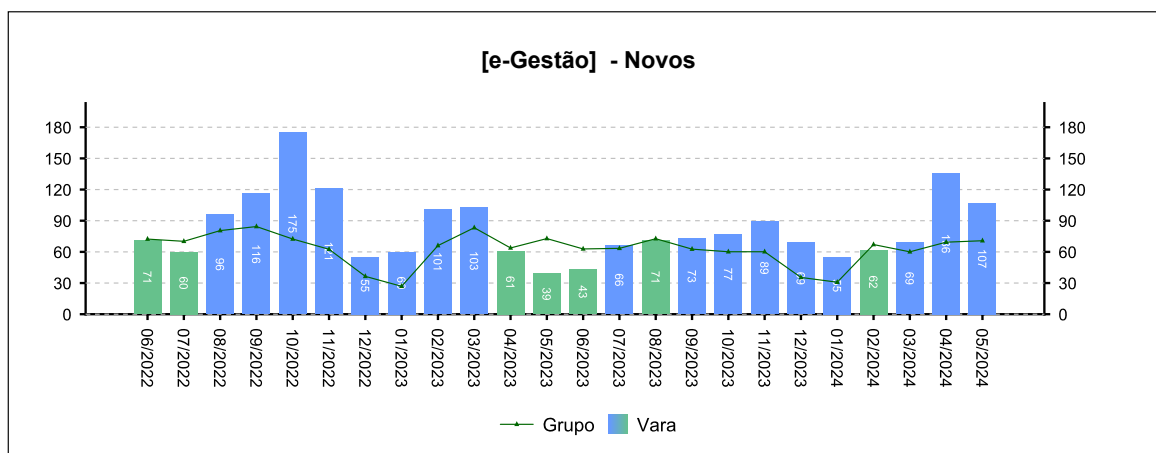
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
664	605	65

Período: 10/2023 a 05/2024

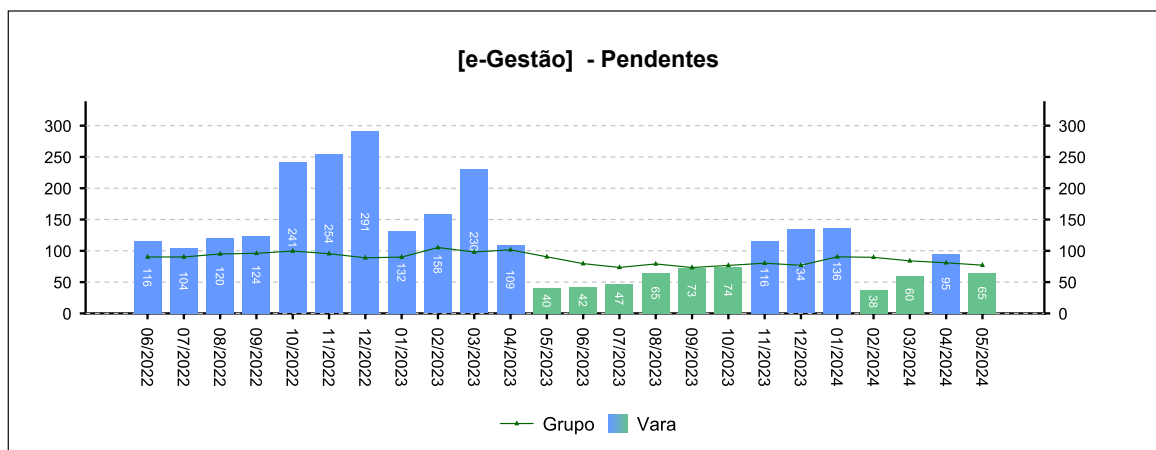




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





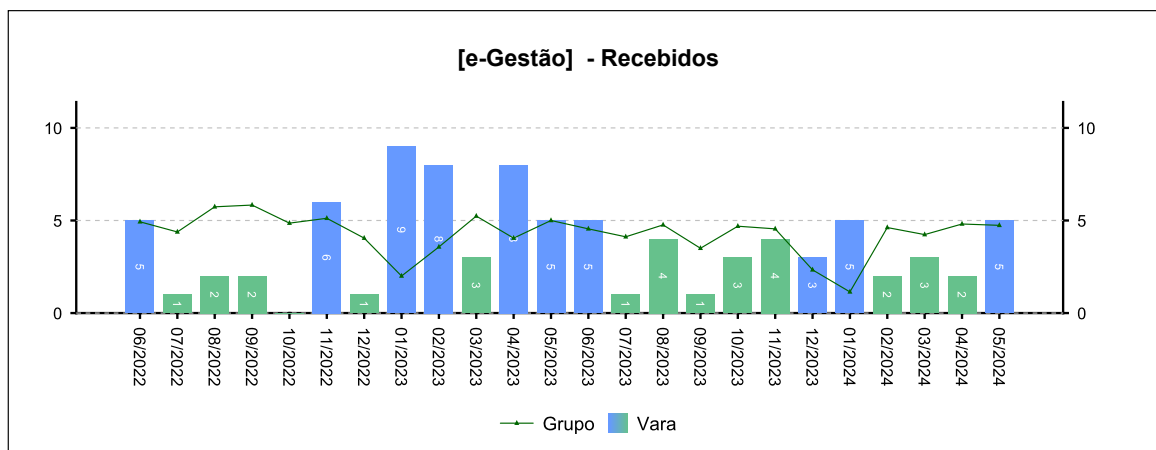
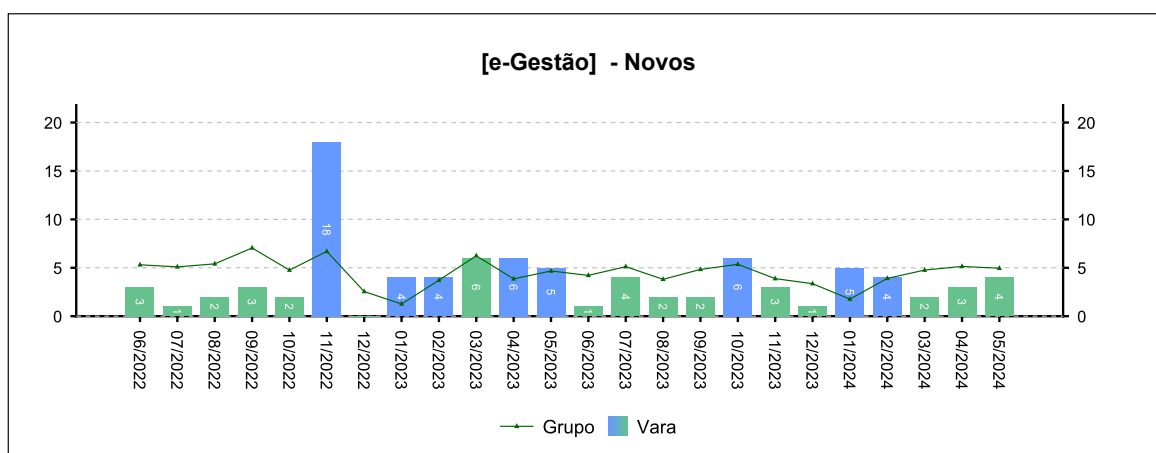
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
28	27	1

Período: 10/2023 a 05/2024

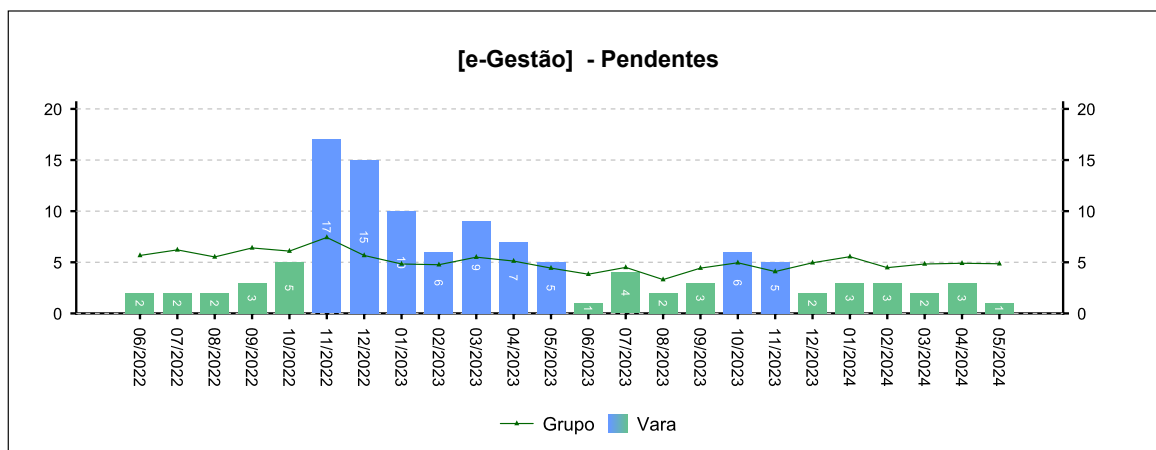




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





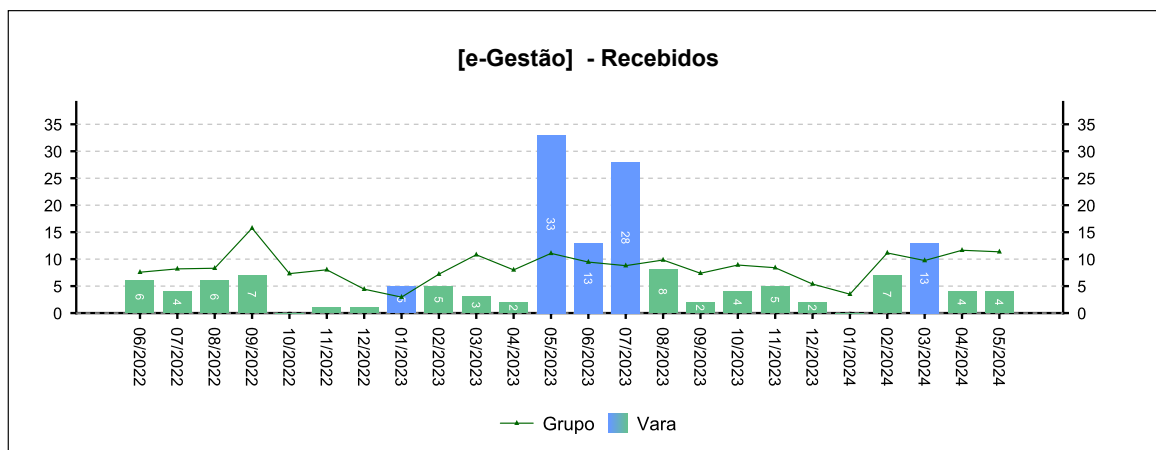
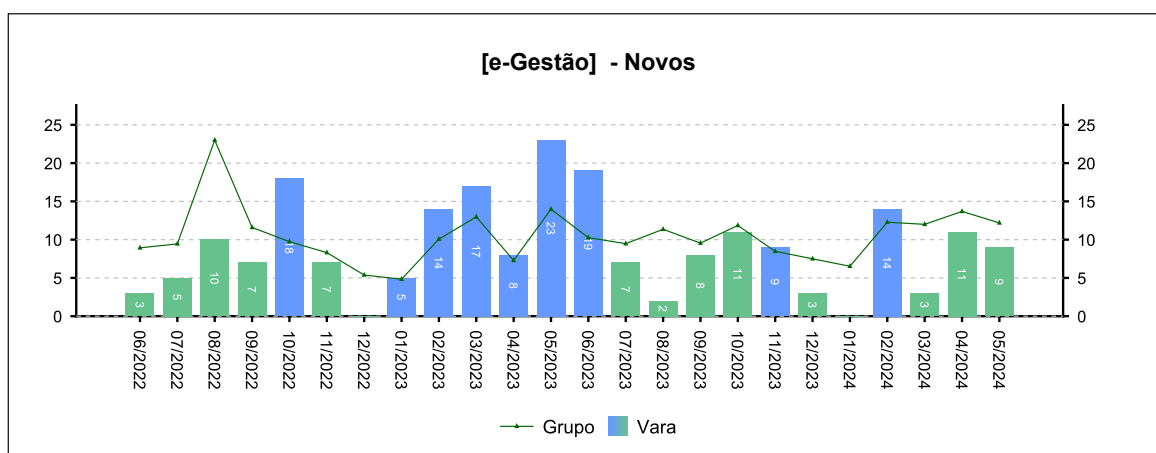
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
60	39	157

Período: 10/2023 a 05/2024

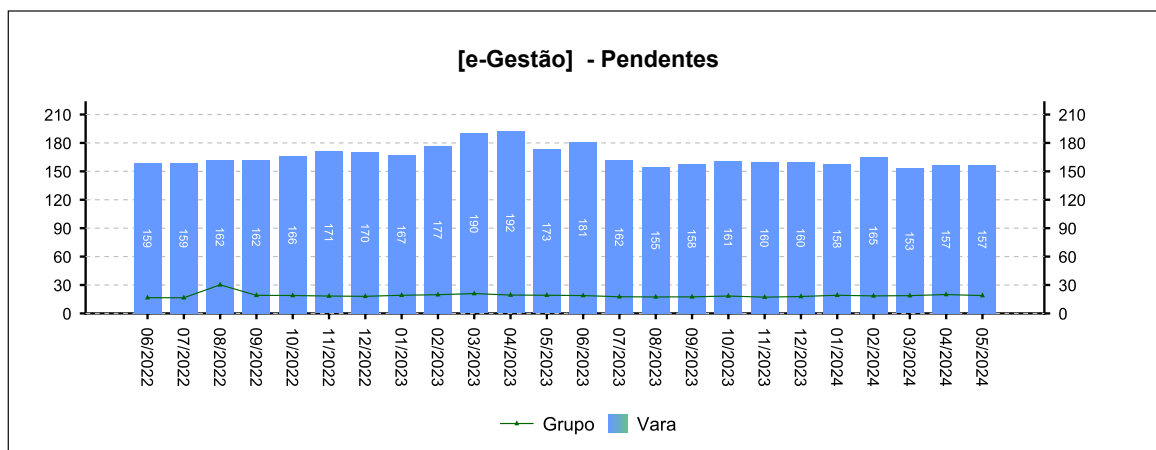




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





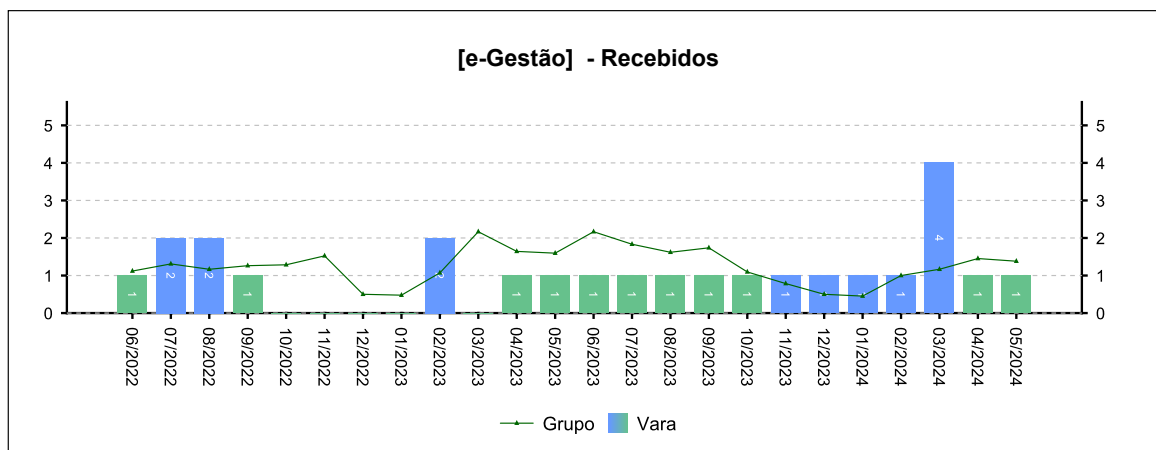
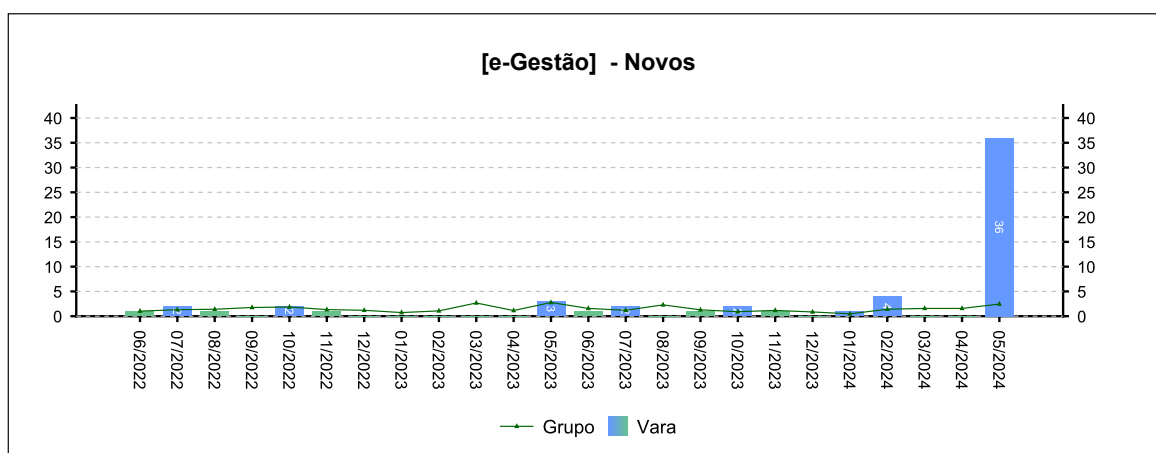
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
44	11	35

Período: 10/2023 a 05/2024

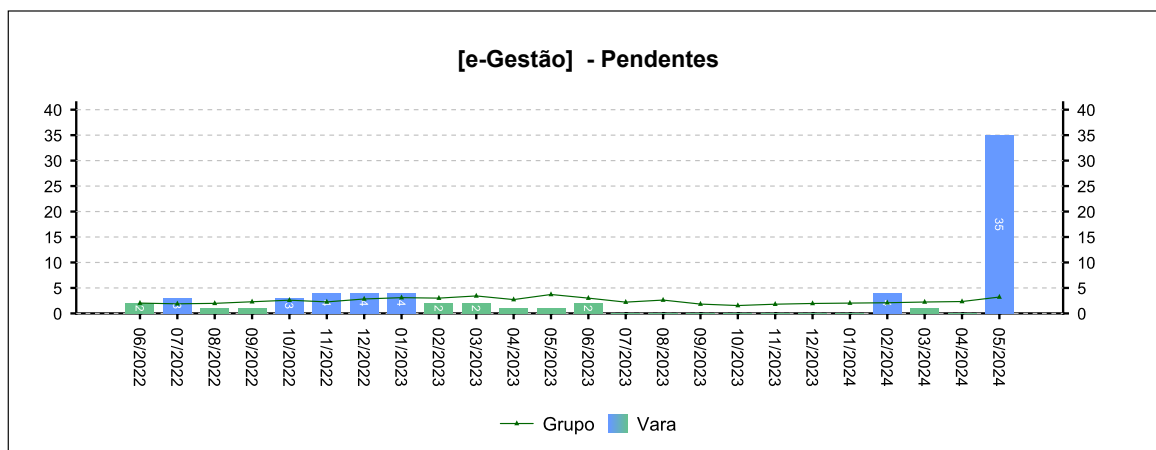




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
796	682	258
Período: 10/2023 a 05/2024		



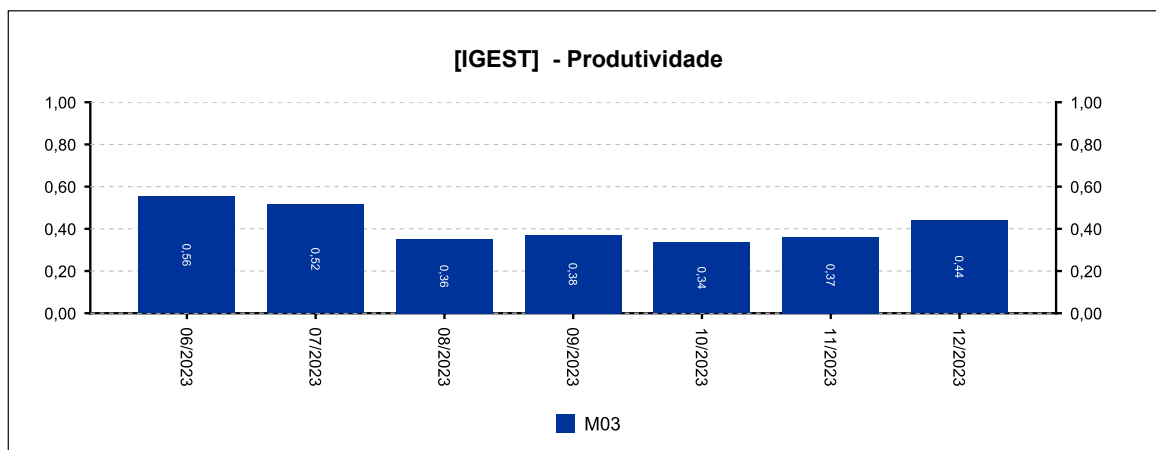
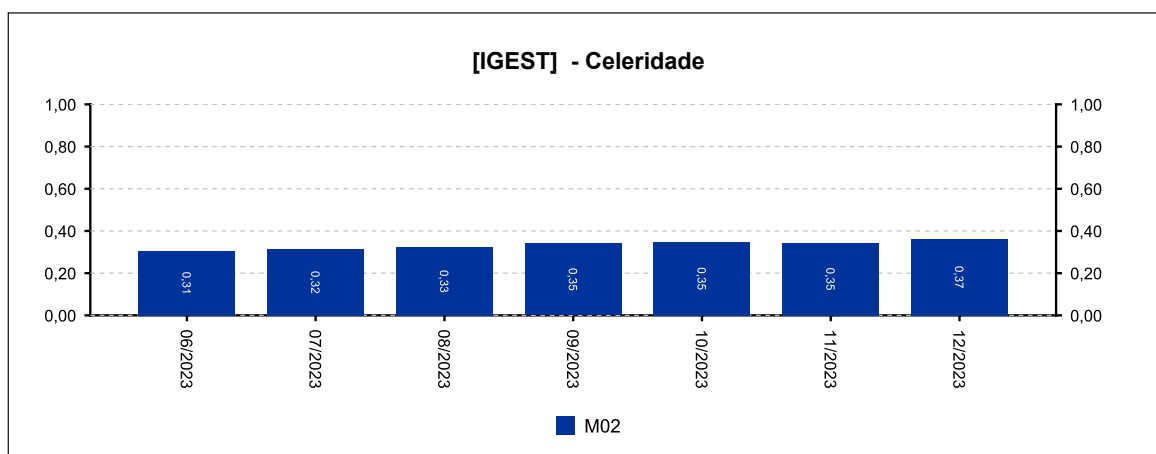
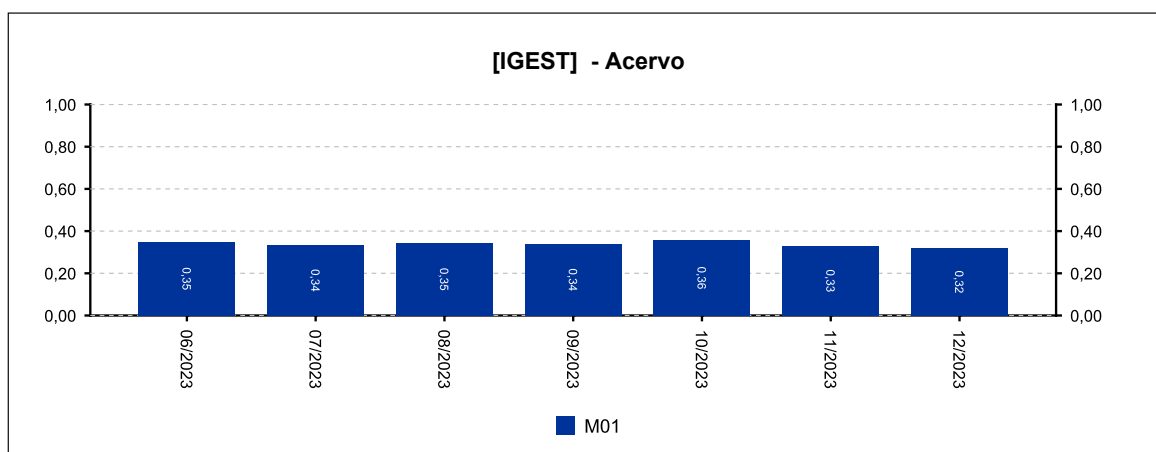


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

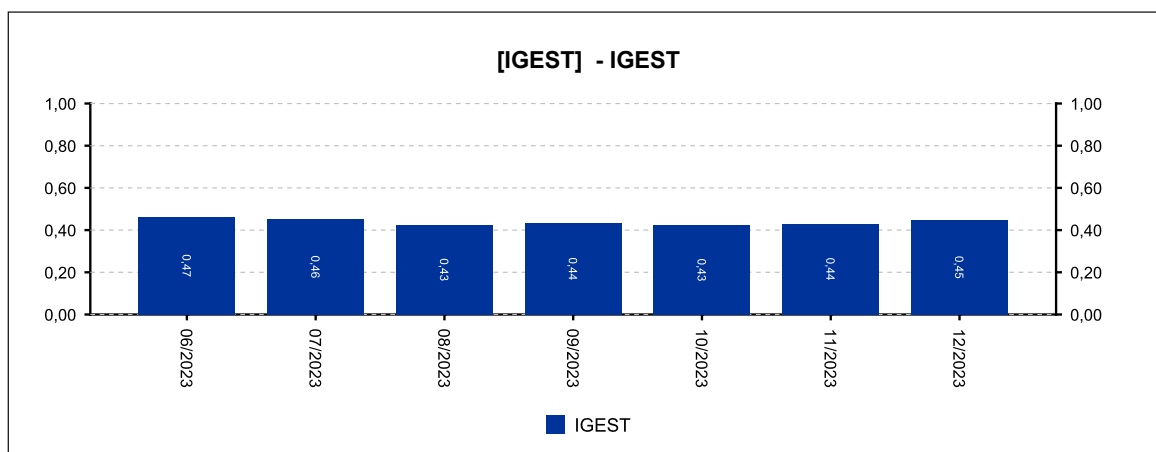
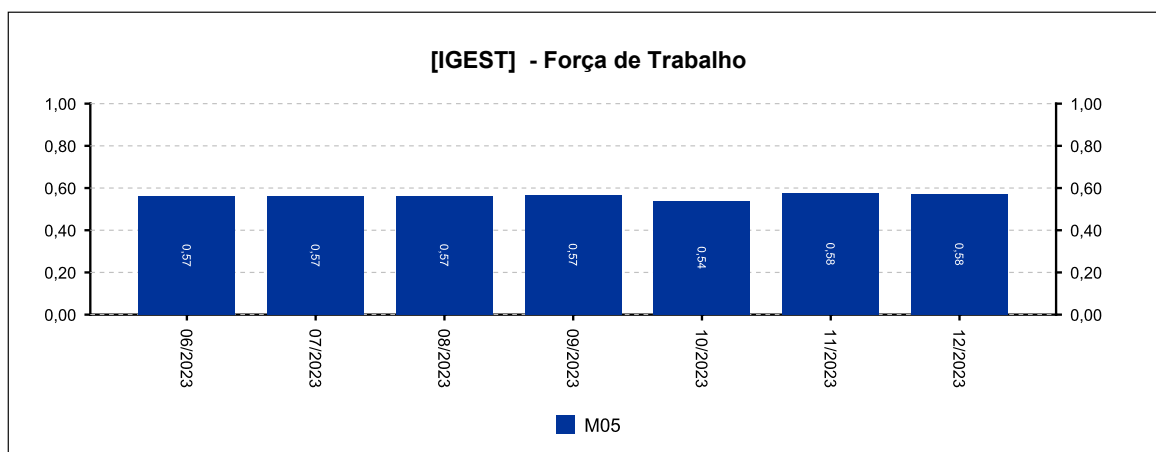
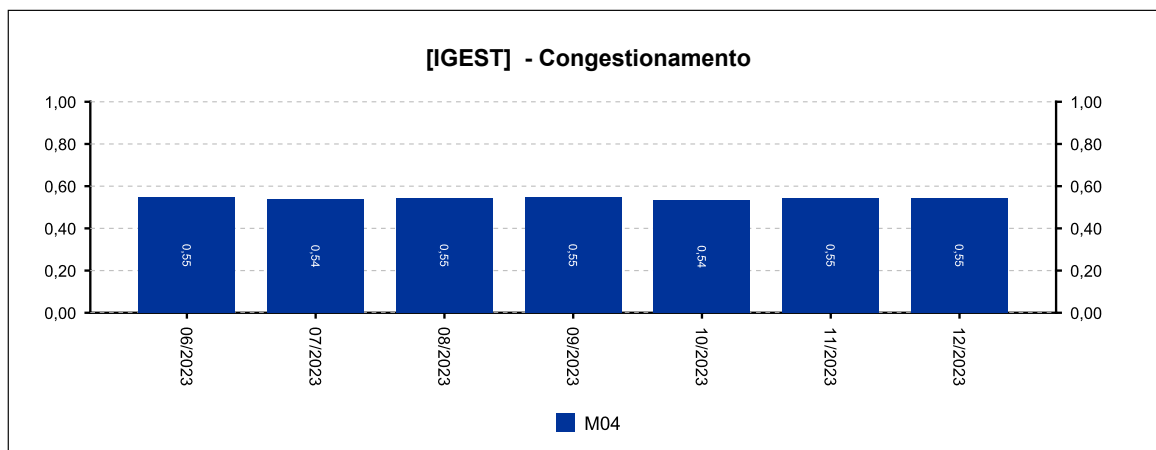
DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,3558	0,3476	0,3351	0,5315	0,5399	0,4220
11/2023	0,3284	0,3444	0,3608	0,5439	0,5754	0,4306
12/2023	0,3183	0,3608	0,4398	0,5438	0,5729	0,4471





9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2023 a 05/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	715	59,6	32,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	794	66,2	35,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.509	125,8	67,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	228	19,0	10,3
Incidentes Processuais Resolvidos	576	48,0	25,9
Dias-Juiz	667	55,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	23.179	46,0	31,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	29.219	58,0	39,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	52.398	104,0	71,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.479	12,9	8,8
Incidentes Processuais Resolvidos	20.278	40,2	27,6
Dias-Juiz	22.077	43,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	100.400	54,7	32,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.102	73,0	43,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	234.502	127,7	75,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	31.342	17,1	10,1
Incidentes Processuais Resolvidos	99.281	54,1	32,1
Dias-Juiz	92.900	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

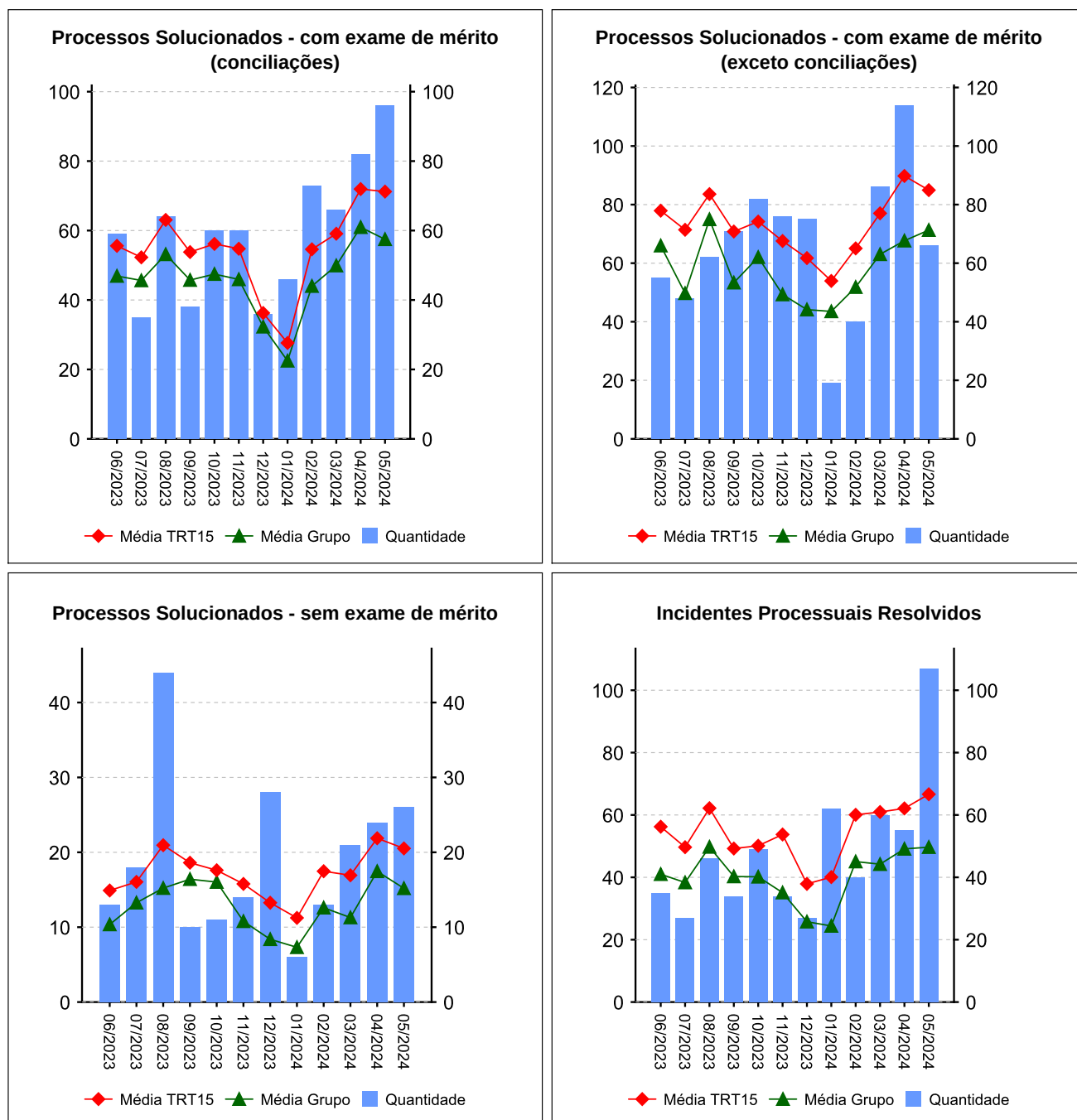




10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	825	68,8	37,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	660	55,0	29,7
Sessões de audiência realizadas - una	543	45,3	24,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	148	12,3	6,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	71	5,9	3,2
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.203	100,3	54,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	219	18,3	9,9
Dias-Juiz	667	55,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	22.077	43,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.900	50,3	---

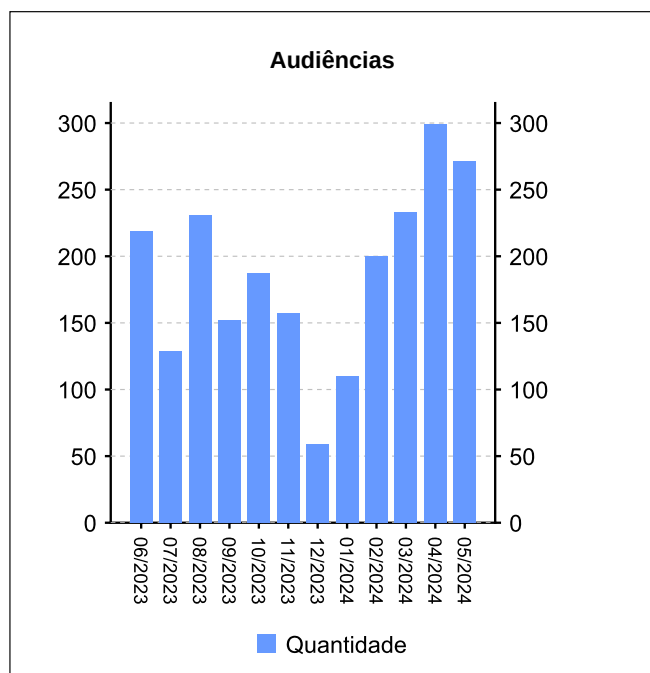




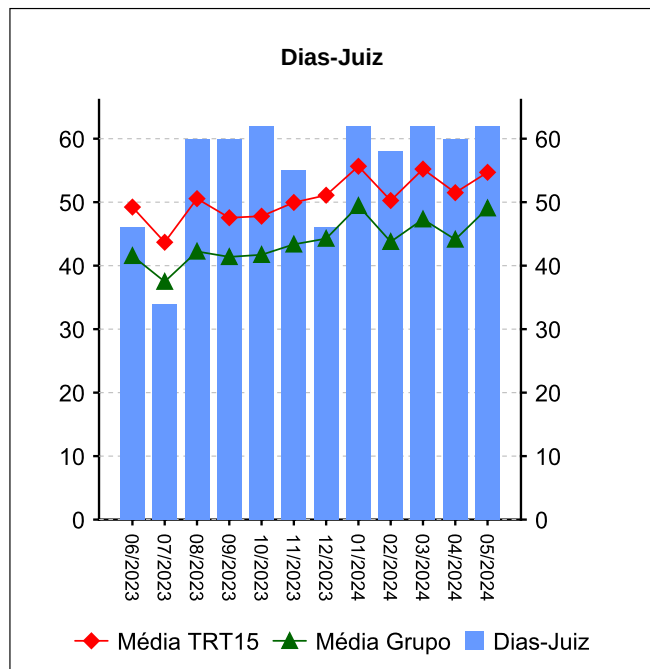
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [06/2023 a 05/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2023	20	11	91	43	54	219
07/2023	22	8	48	27	24	129
08/2023	15	23	63	68	62	231
09/2023	4	5	41	57	45	152
10/2023	11	0	59	68	49	187
11/2023	7	0	69	56	25	157
12/2023	7	6	20	13	13	59
01/2024	7	0	37	43	23	110
02/2024	11	0	86	61	42	200
03/2024	5	9	89	71	59	233
04/2024	18	8	128	77	68	299
05/2024	21	1	94	76	79	271
Total	148	71	825	660	543	2247



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2023	46
07/2023	34
08/2023	60
09/2023	60
10/2023	62
11/2023	55
12/2023	46
01/2024	62
02/2024	58
03/2024	62
04/2024	60
05/2024	62
Média Mensal	55,6



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1428
2022	1547
2023	1444
2024 (*)	771

(*) Período: 01/2021 a 05/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 137.810,39	R\$ 140.498,48	R\$ 3.330.132,27
Período: 10/2023 a 05/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

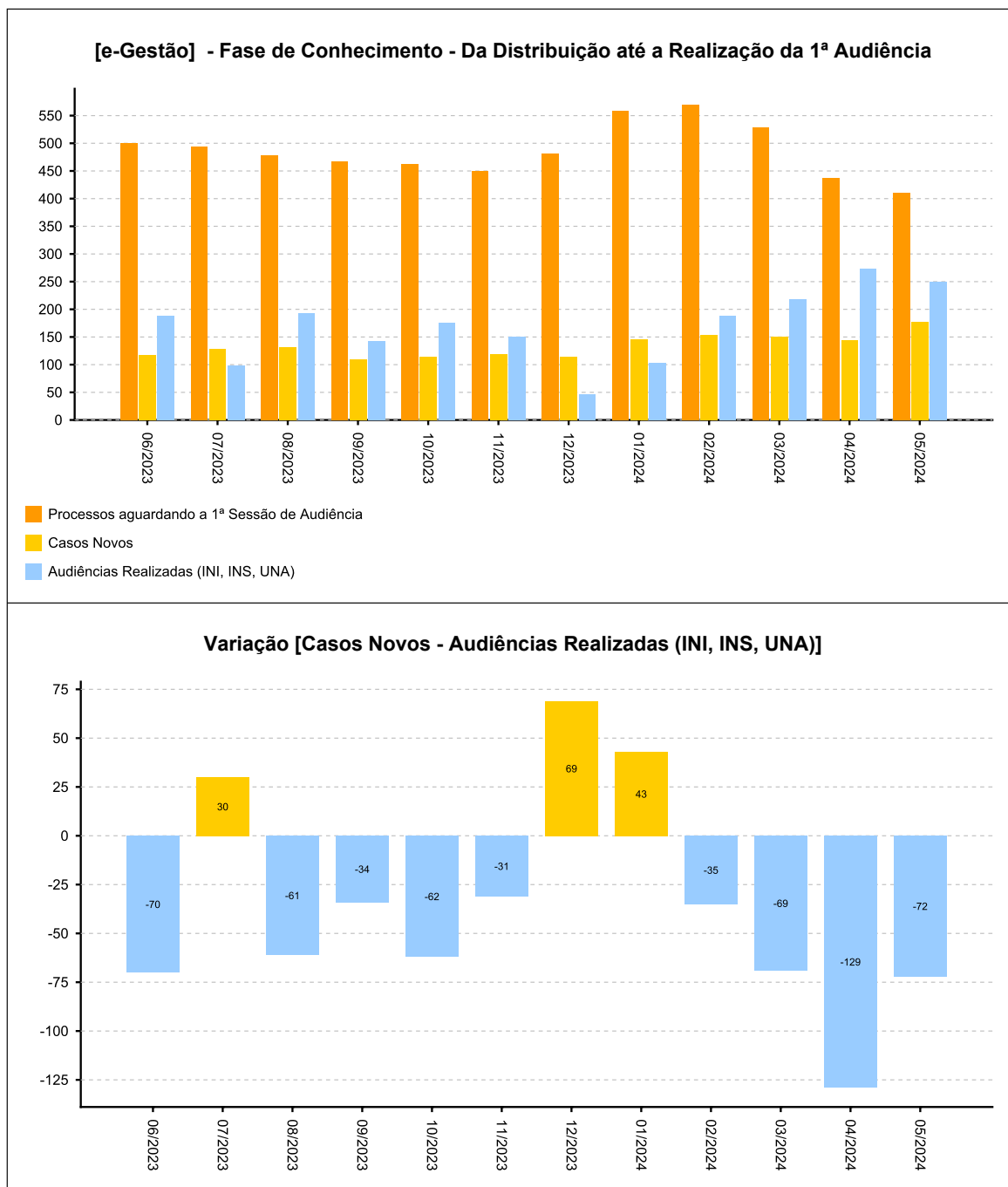
ANO	PROCESSOS
2020	1
2021	10
2022	28
2023	239
2024	554
Período: até 05/2024	





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 05/2024]
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 05/2024]
(fonte: e-Gestão)

